
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

PATRICIA DEGASPERI

MARCAS DA SEXUALIDADE
CONSTRUÍDAS NA IDADE MÉDIA QUE
CONTRIBUÍRAM PARA O APARECIMENTO
DA HOMOFOBIA



Rio Claro
2015

PATRICIA DEGASPERI

MARCAS DA SEXUALIDADE CONSTRUÍDAS NA IDADE
MÉDIA QUE CONTRIBUÍRAM PARA O APARECIMENTO DA
HOMOFOBIA.

Orientador: Profª Dr.ª Célia Regina Rossi

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Biociências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro,
para obtenção do grau de licenciada em
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Rio Claro
2015

301.41 Degasperi, Patrícia
D317m Marcas da sexualidade construídas na Idade Média que
contribuíram para o aparecimento da homofobia / Patrícia
Degasperi. - Rio Claro, 2015
59 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro

Orientador: Célia Regina Rossi

1. Sexo – Aspectos sociológicos. 2. História. 3.
Homossexualidade. 4. Preconceito. I. Título.

Aos meus pais e meu irmão que
sempre me apoiaram em minhas
decisões.

Às minhas amigas que estiveram juntas
nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que me apoiaram na minha decisão e que estão sempre presentes na minha vida, me ajudando em tudo o que eu preciso.

Ao meu irmão que é uma inspiração para mim, por toda a sua luta.

A minha família que sempre está presente nos momentos mais felizes e difíceis da minha vida.

As minhas amigas Carol, Hayla e Polyana que estiveram sempre presentes nessa caminhada, me ouvindo e me amparando nos momentos difíceis da graduação.

A minha professora e orientadora Célia por me mostrar como é rico o trabalho com a sexualidade e me ajudar a abrir os olhos para problemas tão frequentes no mundo atual.

Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira (FREIRE, 1987, p. 47)

RESUMO

Esse trabalho objetiva o estudo da sexualidade na Idade Média, a fim de analisar as marcas construídas pela história que contribuíram para a formação dos pensamentos fortemente presentes na sociedade contemporânea relacionados à homofobia. A Idade Média foi um período de grandes mudanças na sociedade, onde houve a disseminação de pensamentos relacionados à sexualidade que prejudicaram a vida de muitas pessoas, inclusive dos homossexuais. Portanto, para a realização dessa pesquisa serão considerados os acontecimentos marcantes sobre a sexualidade nessa época. Desse modo, considerando as concepções construídas e passadas de geração em geração, presenciamos atualmente grande ocorrência de episódios de preconceito e violência contra homossexuais, justificadas com argumentos fundamentados em ideias de tempos remotos. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscaremos compreender essas marcas deixadas pelo tempo utilizadas até hoje como instrumentos de preconceito e violência e geradoras de um fator contemporâneo, a homofobia.

Palavras-chave: Sexualidade. História. Homofobia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA.....	14
3 A VIDA NA IDADE MÉDIA.....	15
3.1 O poder da igreja.....	18
4 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA	29
4.1 As lutas	41
5 PRÁTICAS ESCOLARES NO COMBATE À HOMOFOBIA.....	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A palavra sexo causa ainda em muitas pessoas a sensação de algo errado, proibido, tabu. Esse tabu, construído por uma sociedade antiga, deixou marcas profundas na história da sexualidade, influenciando a cultura e o comportamento das pessoas da maioria dos grupos sociais da atualidade.

Muitos consideram que sexo e sexualidade são sinônimos. Essa concepção é equivocada, uma vez que sexo é o ato, a relação sexual, o termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas entre homens e mulheres (WEEKS, 2000) e a “[...] conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais” (CUNHA, 2010, p. 593). A sexualidade, por sua vez, compreende fatores sociais e emocionais “[...] envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções. Processos profundamente culturais e plurais.” (LOURO, 2000, p.6). Inclui o sexo, o carinho, o afeto, os gestos, a comunicação.

Sendo definida pela cultura, a questão da sexualidade não pode ser tomada como algo atemporal, sem relação com a antiguidade. Como ressalta Santos (2013, p.02), “Ao pesquisar as sexualidades na contemporaneidade é imprescindível direcionarmos nosso olhar à sua historicidade e à complexidade das suas construções sócio-histórico-culturais.” Os estudos de Foucault afirmam que a sexualidade é produto de forças sociais e históricas.

Podemos então dizer que o termo sexualidade surgiu no século XIX, momento em que a noção de vida privada ganhava vigor. Desse modo, segundo Foucault (1988), não tinha valor epistemológico para as sociedades anteriores. A partir desse século se iniciou uma mudança nas concepções sobre o assunto e foi construída a ideia de que os heterossexuais eram aqueles cuja sexualidade era considerada normal e a finalidade das relações entre eles era a procriação. Já os homossexuais eram vistos como aqueles que possuíam uma sexualidade perversa, com práticas sexuais somente voltadas ao prazer, sem procriação (FARIAS, 2010).

Refletindo sobre esse assunto surge a pergunta: Se a sexualidade envolve amor, respeito, carinho, educação, corpo e é inata, como pode ser classificada como perversa quando diz respeito à prática do sexo visando o

prazer? Questões como essa não envolvem apenas o pensamento binário de certo ou errado, mas os pensamentos, os costumes e cultura de uma sociedade que tinha outra visão de mundo, pautada na religião, com poucos aparatos da ciência.

Período de acontecimentos marcantes, por volta de 1300, o artista começou a registrar cenas íntimas, podendo o historiador adentrar o interior das casas, penetrando no espaço privado (ARIÈS; DUBY, 1990). Esses registros são formas de demonstração da sexualidade, tão presente no cotidiano das pessoas. Representações fálicas e sexuais eram encontradas em diversos artefatos materiais na Roma Antiga, simbolizando sentimentos e crenças. “A sexualidade era algo tão presente nesta cultura e diretamente ligada ao sagrado, que, até mesmo os seus deuses e fundadores provêm de uma origem sexuada [...]” (SANFELICE, 2010, p. 172).

O século XVII, para Foucault (1988, p.23), “[...] seria o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas [...]”. Não havia uma recusa em reconhecer o sexo, ao contrário haviam discursos destinados a dizer a verdade sobre ele. Foucault acreditava que havia uma repressão sobre o sexo, porém esta proibição não estava totalmente ligada à moral ou ao pudor, mas sim ao controle, uma vez que se falava muito sobre o assunto de maneira dominadora e controladora.

Essa repressão sexual fazia com que o sexo fosse tratado como algo pecaminoso, podendo ocorrer somente com a finalidade da reprodução. Na Idade Média, a Igreja regulamentava a atividade sexual até dentro do casamento, proibindo – o aos domingos, em dias de festas religiosas, jejuns e nos períodos em que consideravam que a mulher estava impura (durante a menstruação, na gravidez, no aleitamento e por quarenta dias após o parto). Sendo assim, isso permitia que os parceiros praticassem sexo menos de uma vez por semana. Se essas regras fossem desrespeitadas, teriam que pagar penitências¹ (RICHARDS, 1993).

O sexo com outro propósito que não o da procriação era contra a natureza. Embora essas concepções sejam de séculos passados, atualmente

¹ As penitências descritas nesse trabalho foram baseadas naquelas aplicadas por Burchard de Worms, bispo altamente influente no século XI, na Alemanha, de acordo com Richards (1993).

religiosos mais conservadores ainda defendem o sexo com fim reprodutivo e condenam atos que não estejam ligados a esse objetivo. Sendo assim, incriminam as relações sexuais entre homossexuais.

De acordo com Borrillo (2010, p.43) “Os elementos precursores de uma hostilidade contra lésbicas e gays emanam da tradição judaico-cristã”. Punições contra as relações entre pessoas do mesmo sexo, como a condenação à fogueira, eram justificadas com passagens da Bíblia Sagrada: no Antigo Testamento: a história de Sodoma e Gomorra, caracterizadas como as cidades dominadas pelo pecado, onde reinava a luxúria, a imoralidade e a perversão sexual. Do nome Sodoma, deriva a palavra sodomia, utilizada para designar pessoas que realizavam uma prática sexual irregular. O Levítico – também do Antigo Testamento - considerava a homossexualidade uma abominação. No Novo Testamento, as passagens do apóstolo Paulo permitem a renovação da hostilidade contra os homossexuais. A Escolástica chegou a compará-la aos pecados mais abjetos, como o canibalismo, a bestialidade e a ingestão de imundícies (BORRILLO, 2010).

Essa hostilidade contra as práticas homossexuais na Idade Média pode ser explicada pelo medo do desmoronamento dos alicerces patriarcais e da desconstrução do casamento, no qual se preservava a cultura masculina dominante. A aristocracia, a burguesia e os camponeses mais abastados tinham interesse próprio no casamento, devido às alianças e fusões das famílias, envolvendo os benefícios que tal aliança proporcionaria. O casamento compreendia acordos e negócios, não sendo o amor a causa para a união do casal. Desse modo, se o casamento se desestruturasse, a nobreza seria prejudicada.

A Igreja Católica, por sua vez, contribuiu de forma decisiva para a construção da homofobia. Na Idade Média, a ideia do apocalipse assustava a população que, dominada pelo medo e influenciada pela religião, tentava de tudo para salvar a alma. Sendo assim, havia um impulso em direção à penitência, à peregrinação e ao ascetismo pessoal (RICHARDS, 1993). E para ser salvo o cidadão devia ser obediente a Deus e às regras da Igreja. Sendo a finalidade do sexo a reprodução, as relações entre pessoas do mesmo sexo eram condenadas e os homossexuais discriminados.

A mulher nessa época era totalmente submissa, sendo ela obrigada a ser casta, já que era mais inclinada à luxúria e aos excessos sexuais do que os homens. Era aceitável que os maridos se relacionassem com outras mulheres, contudo isso era inadmissível para a mulher, a qual tinha que viver para servir o marido. O poder patriarcal sobre a feminilidade via-se reforçado, porque ela representava o perigo (ARIÈS; DUBY, 1990).

A partir do século XIX, de acordo com Foucault (2009), o sexo começa a ser foco de outras áreas, como a medicina e a psiquiatria. Os homossexuais, por exemplo, estavam agora sob domínio da medicina. Desse modo, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo não necessitava mais de punição, mas sim de tratamento, já que agora era vista como doença, uma espécie de desordem mental. No Brasil, essa nova visão ocorreu por meio do higienismo, o qual instaurou um novo modelo nas relações de gênero, tanto na esfera familiar, como na pública (SANTOS, 2013).

O reconhecimento da homossexualidade como orientação sexual ocorreu somente na década de 70 quando a American Psychiatry Association (APA) retira-a do DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders). De acordo com Farias (2010), em 1975 a Associação Americana de Psicologia recomendou que os profissionais de saúde se desfizessem dos preconceitos e pesquisassem mais sobre famílias homoparentais.

Apesar de a hostilidade contra homossexuais existir a tempos, o termo utilizado para designar essa prática, segundo Borrillo (2010), foi utilizado pela primeira vez nos EUA em 1971 e desde que foi cunhado passou por vários questionamentos e ressignificações (JUNQUEIRA, 2007). A homofobia é muito frequente, sendo a homossexualidade ainda vista como crime, gosto depravado, perversão e o homossexual apontado como bizarro, estranho e extravagante. Dentro dessa questão, pode-se perceber que cientistas de diversas áreas demonstram obsessiva preocupação em procurar as causas da homossexualidade, sem apresentar o mesmo interesse para descobrir as causas da heterossexualidade, mostrando que há uma busca pela cura e não pela compreensão (JUNQUEIRA, 2007).

Sendo assim, a heterossexualidade é vista como a sexualidade normal, que está acima de todas as outras. A violência e a intolerância em relação ao diferente são as consequências dessa política machista, que coloca o homem

heterossexual como superior, marginalizando as outras formas de sexualidade. É o caso da Igreja atual, que, embora acolha os homossexuais (e não os condene à fogueira), convida-os à castidade, alimentando a ideia de anormalidade.

Devido a essa intolerância, nos anos 90, movimentos gays vão ganhando cada vez mais força. “Desde a metade da década de 1990, o ativismo tem se expandido a partir da mobilização de manifestações de visibilidade de massa conhecidas como *Paradas do Orgulho*.” (MAGALHÃES; SABATINE, 2009, p. 116, grifo do autor).

No entanto, mesmo com a aceitação e o crescimento da luta LGBT, ainda há diversos casos de discriminação que envolvem essas pessoas, justificadas com ideias retrógradas a respeito dos homossexuais, presentes até entre crianças. Em relação ao casamento, por exemplo, há uma ideia fortemente marcante de que o modelo ideal a ser seguido é o heterossexual, refletido nos mitos em relação à homoparentalidade e nos medos de que o casal interfira no modelo de educação e socialização atual (FARIAS, 2010). Segundo Mott (2006, p. 511),

[...] em Brasília, 88% dos jovens entrevistados pela UNESCO consideram normal humilhar gays e travestis, 27% não querem ter homossexuais como colegas de classe e 35% dos pais e mães de alunos não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas de classe.

De acordo com o relatório de 2013 do Grupo Gay da Bahia, foram documentados 312 assassinatos de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Uma média de um assassinato a cada 28 horas.

Em 2012, em São Paulo, foram registradas 409 denúncias referentes a 817 violações relacionadas à população LGBT pelo poder público, sendo que em setembro houve o maior registro, de 46 denúncias (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012).

Essa análise histórica acerca da sexualidade reflete o quanto a sociedade passou por mudanças positivas e negativas. O estudo sobre os comportamentos do povo em relação ao sexo e à sexualidade revela um passado obscuro, mas também diferente e mais tolerante em alguns casos.

Mesmo assim, o medo de que o diferente seja reconhecido e a ordem heterossexual perca seu status ainda permeia o imaginário da sociedade

brasileira. A intensa reivindicação de direitos da comunidade LGBT é motivo para injúrias e ofensas, como a ideia propagada por alguns grupos (principalmente de fundamentalistas religiosos) de que há uma ditadura gay, na qual os gays estariam “dominando” o mundo e influenciando as pessoas a virarem homossexuais. Essa corrente de pensamento também critica as reivindicações dessa fatia social, alegando que os LGBTs querem privilégios. Para isso, o desejo desse trabalho é combater mitos² e estereótipos acerca dessa orientação sexual homossexual, os quais são disseminados entre as pessoas e contribuem para uma visão negativa sobre os homossexuais, impedindo-os de construírem uma vida digna, sem violência, sem olhares de reprovação e apontamentos preconceituosos.

Podemos perceber o quanto o conhecimento e a informação ajudam na construção de pensamentos reais, verdadeiros e não apenas reflexos de ideias desenvolvidas há séculos e que não fazem nenhum sentido atualmente, com o avanço da medicina, da tecnologia, da psicologia e da educação. E ainda, o quanto esse entendimento colabora com a igualdade de direitos, com olhares mais igualitários, respeito e dignidade para com todos, independentemente das suas diferenças.

Através de uma busca pelo tempo, tentaremos compreender a sexualidade no período conhecido como Idade Média e pesquisar sua história, sua influência e as marcas deixadas na sociedade contemporânea brasileira, que ainda são fortes e provocam uma série de problemas sociais, como a violência, preconceito e morte.

No capítulo 1 será relatado brevemente os costumes marcantes na Idade Média. Logo após, discutiremos sobre a influência da Igreja na vida das pessoas, sobretudo quando se trata da sexualidade, apontando fatos essenciais para entendermos a origem da hostilidade contra homossexuais.

No capítulo 2 trataremos da história da homossexualidade em alguns povos e como ela foi sendo enxergada durante os tempos. A partir dessa visão acerca dessa orientação sexual, discutiremos sobre um dos fatos que mais está causando violência e morte na sociedade brasileira: a homofobia.

² Muitas pessoas acreditam que o homossexual influencia na orientação sexual das crianças, que ele é mais propenso a cometer pedofilia, que ele será o responsável pela desconstrução da família, etc.

Para finalizar, no capítulo 3 apresentaremos propostas e ideias trabalhadas e para se trabalhar no dia-a-dia, principalmente na sala de aula, que contribuirão para a desconstrução do preconceito, redução da homofobia e construção de verdadeiros seres humanos.

2 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, sobre obras que tratam da temática ao longo da história da sexualidade.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa possui cinco características: a fonte direta de dados é o ambiente natural; é descritiva; há mais interesse pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; os dados tendem a ser analisados de forma indutiva e por último, a importância vital do significado.

A abordagem qualitativa concebe a realidade como um produto da mente humana, de modo que seu foco são os sujeitos e a profundidade na realização da pesquisa.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que é aquela “[...] desenvolvida com base em material já elaborado [...]” (GIL, 2002, p.44). Para realizá-la é preciso definir claramente os objetivos, ter disciplina quanto às etapas, leitura, questionamentos e uma interlocução crítica com o material bibliográfico (LIMA; MIOTO, 2007).

A leitura do material é um processo muito importante e envolve atenção, visão crítica e seletiva. Primeiramente realiza-se uma leitura rápida para reconhecer o material bibliográfico. Logo após ocorre a leitura exploratória, em que se faz novamente uma leitura rápida do material selecionado, para identificar o que de fato interessa para a pesquisa. Depois, é feita uma leitura seletiva, relacionando o material com os objetivos levantados da pesquisa. A próxima etapa, a leitura reflexiva e crítica, é o momento de compreender o autor, o documento e suas afirmações e o porquê delas. Por fim, realiza-se uma leitura interpretativa, que serve para a interpretação das ideias do autor e dos documentos, inter-relacionando-os com o objetivo da pesquisa.

Nessa pesquisa serão observados os aspectos culturais, sociais, educacionais e políticos do medievo e da sociedade contemporânea brasileira realizando uma leitura minuciosa do material coletado, com o propósito de fazer um fichamento para posterior organização e análise do material.

O material será interpretado à luz da revisão de literatura e da coleta do material levantado, recolhido, elaborado e estudado.

3 A VIDA NA IDADE MÉDIA

Nesse capítulo, faremos uma breve introdução sobre fatos da Idade Média, descrevendo como era a vida em alguns períodos dessa época. Muitas mudanças aconteceram na sociedade, as quais influenciaram os costumes e pensamentos da vida de muitas pessoas. Sendo assim, posteriormente, falaremos sobre os acontecimentos que foram importantes para o desenrolar da história da homofobia.

Aceita-se que a Idade Média é o período que se estendeu do século V ao século XV, compreendido entre a queda do Império Romano e o Renascimento. A era medieval pode ser dividida em duas partes: A Alta Idade Média (do séc. V ao X) e Baixa Idade Média (séc. X ao XV). A Alta Idade Média teve início com a invasão, ocupação e assentamento dos vários povos germânicos (francos, visigodos, ostrogodos, suevos, lombardos, anglo-saxões) em regiões europeias, o que culminou na origem de inúmeros reinos (BRAIK, 2010).

Devido a essas invasões e com a crise econômica, muitos senhores romanos deixaram as cidades e foram morar nos campos. Conhecidos por vilas romanas, esses centros deram origem à sociedade feudal. Segundo Marc Bloch (1982), os homens viviam bem próximos uns dos outros, mas os povoados eram separados por espaços desertos. “A própria terra cultivável, da qual a aldeia retirava seu sustento, tinha que ser proporcionalmente ao número de habitantes, muito mais vasta do que hoje” (Bloch, 1982, p.85).

Com a queda do império, o sistema de trabalho escravo foi sendo substituído pelo domínio feudal de famílias múltiplas (McLAREN, 1990). No feudalismo, o rei concedia terras a grandes proprietários e estes, conhecidos como suseranos, ofereciam terras aos servos, conhecidos como vassalos. Entre eles havia um acordo: o servo oferecia seus serviços ao senhor e este, por sua vez, deveria proteger a comunidade feudal. Todos trabalhavam em comunidade para o bem maior do campo.

A Baixa Idade Média caracteriza-se pelo apogeu da cristandade, com acontecimentos memoráveis como o renascimento comercial e urbano e o destaque de um novo grupo social: a burguesia.

Prática comum na era medieval, o comércio era realizado através de barcos bem resistentes. Se quisessem ir de um lugar para ou outro em terra era bem simples: iam a cavalo ou a pé. As viagens eram algo muito comum na época e tudo na vida clerical, segundo Bloch (1982), favorecia esse nomadismo: “[...] o caráter internacional da Igreja; entre padres ou monges instruídos, o uso do latim como língua comum; as associações entre mosteiros; a dispersão dos seus patrimônios territoriais [...]” (BLOCH, 1982, p.88). As ameaças de ataque eram algo natural e as pessoas viviam armadas. A caça era o centro das atividades medievais.

Os cavaleiros eram um grupo bastante valorizado e importante na Idade Média.

Com a superioridade e a excelência que outrora eram exclusivas da aristocracia, a cavalaria e o ideal cavaleiresco “encarnam os valores-chaves de uma cultura”. Hervé Martin, ao estudar a mentalidade cavaleiresca, destaca para o modelo ideal as seguintes características: crer nos ensinamentos da Igreja e, com escrúpulos, cumprir todas as suas obrigações religiosas; proteger essa mesma Igreja; defender os fracos, as mulheres, as crianças, os padres e monges; amar sua terra; nunca recuar perante o inimigo; lutar contra o infiel; cumprir rigorosamente os deveres feudais; condenar a mentira; fazer prova da liberalidade e da largesse com todos; em suma, combater todo o mal, defender todo o bem (FALASCO, 2012, p.68).

Nesse trecho, percebe-se a devoção à Igreja e a missão que era dada aos cavaleiros - que eram homens - de defender as mulheres, declaradas como fracas. O homem deveria ser forte e corajoso, não podendo ser equiparado à mulher.

A Idade Média foi um período de muitos conflitos, caracterizada por divergências entre as autoridades e o povo, tensão entre a noção de comunidade e o individualismo, entre materialismo e espiritualidade, ascetismo e erotismo, períodos de violência e entusiasmo, crises e mudanças sociais, com surtos de fome e doença (RICHARDS, 1993).

A era foi marcada pela passagem do milênio e muitos acreditavam no fim do mundo, com crises por todo o lado. O surgimento da imagem do Anticristo, que tinha a vida igual a de Jesus Cristo, mas sendo um agente do diabo, afetava ainda mais a mente das pessoas e sua visão dualista do bem e do mal. Com essa ideia e a certeza de que o mundo iria acabar a qualquer

momento, o povo procurava – como trataremos *a posteriori* – a penitência e o ascetismo pessoal.

Após esse período houve uma melhora e muitas mudanças ocorreram, sendo a escuridão incendiada pela luz. O surgimento da burguesia, que estava entre a aristocracia e os camponeses, fez com que houvesse a necessidade da alfabetização e do conhecimento de cálculo e as viagens e os intercâmbios de ideias proporcionaram um impulso para a educação. “A ascensão das cidades foi um dos traços mais importantes do período central da Idade Média” (RICHARDS, 1993, p.16).

Juntamente com essa revitalização econômica, veio uma revitalização espiritual e intelectual. Ocorreu uma valorização do indivíduo que passou a buscar a sua salvação de maneira individual, com um relacionamento privado e pessoal com Deus. Esse individualismo provocou problemas como a avareza e a ambição, com o homem querendo poder e mais poder. Contudo, isso não quer dizer que as comunidades foram totalmente extintas, sendo elas parte importante do medievo.

Na Idade Média, as minorias não aceitas pela Igreja e, desse modo, pela sociedade, eram frequentemente punidas, principalmente por questões ligadas ao sexual. Dentre elas estão: os leprosos, considerados lascivos e a lepra uma doença que era uma punição de Deus por pecados sexuais; os judeus, que eram conhecidos como agentes do diabo, com órgãos sexuais anormalmente grandes e que desejavam ter prazeres sexuais com as donzelas cristãs; os hereges, bruxos, os homossexuais e as prostitutas. Esses grupos eram vistos como perigosos responsáveis pelo acontecimento de grandes desastres (RICHARDS, 1993).

A visão teocrática era a dominante e eles acreditavam que Deus fornecia o poder aos governantes escolhidos pelo povo, que os obedecia. Sendo assim, falaremos a seguir sobre a Igreja e seu poder na Idade Média, a condenação dos prazeres sexuais e conseqüentemente da homossexualidade.

3.1 O poder da igreja

A história do cristianismo está completamente interligada com a sexualidade, sendo esta controlada pelas mãos da Igreja que tinha como objetivo consolidar e expandir seu poder político.

No século IV, havia um regime de união entre a Igreja e o Estado. Nessa relação o dever do Estado era assegurar à Igreja a presença privilegiada na sociedade “[...] e, dependendo das situações históricas, o monopólio sobre a produção de bens simbólicos, constituindo-a, além disso, em aparelho de hegemonia do sistema” (GOMES, 1997, p. 34). Sendo assim, ela era influente e suas ideias de certa forma deveriam ser aceitas pelo povo. Através de representações, discursos e práticas ela obtinha o consenso social para poder exercer sua função de único ou principal aparelho de hegemonia.

Com a expansão do cristianismo³, a Igreja alcançou o posto de principal instituição a disseminar e refletir os valores da doutrina cristã (SOUSA, 2013). A Igreja, que se considerava a mensageira do reino de Deus, era a instituição da bondade e tudo que não fosse ligado ao eclesial não era bom. Buscava-se a resposta no sagrado e “[...] os fundamentos da ordem social e natural encontravam a sua justificação na ordem divina [...]” (GOMES, 1997, p. 44).

Apesar disso houve alguns conflitos entre o papado e o império. Alguns imperadores, reis, senhores feudais, aproveitam de seu poder e de serem patronos das igrejas para tomar proveito e se apropriarem de bens eclesiásticos e proclamarem pessoas de seu interesse para assumirem cargos de poder. Sendo assim, foi organizada uma reação contra esses abusos e a solução encontrada foi a de uma reforma da e na Igreja, na cabeça e nos membros.

Essa reforma consistia primeiramente em uma reforma *na* Igreja, em que as mudanças objetivavam uma reestruturação dos fiéis, tratando-se, portanto,

³Um fato que marca a expansão do cristianismo na Europa foi o governo de Carlos Magno (768-814), no Império Carolíngio, pois ele obrigava os povos que conquistava a se converterem ao cristianismo. Carlos Magno, por suas virtudes e realizações, tinha um poder superior ao do papa e ao do imperador bizantino. Diziam que Cristo lhe tinha concedido o poder. Desse modo, o império estava a serviço da Igreja e deveria se basear em normas morais e religiosas.

O imperador foi importante para o desenvolvimento das artes e do conhecimento e foi considerado como o mais importante rei dos francos, destacando-se por suas conquistas militares e pela organização administrativa que realizava nos territórios de seu domínio (SOUSA, 2013).

de uma luta contra os pecados e as misérias dos cristãos. E para se combater tais pecados havia o processo de renovação pessoal (GOMES, 1997). Começando pelo batismo e posteriormente com a confissão, o fiel deveria estar sempre buscando o perdão.

A Igreja exercia seu poder também por meio do controle das relações sexuais ⁴, que era, segundo ela, umas das principais ações que conduziam as pessoas ao pecado. Determinava que a única finalidade dessa prática era a da reprodução, sendo qualquer ato sexual objetivando o prazer, pecado e violação da lei natural. Na Bíblia, no capítulo Gênesis, destacavam-se as consequências do pecado original: a ruína da familiaridade, a concupiscência⁵, o sofrimento (no trabalho, para o homem e no parto, para a mulher) e a morte, sendo a humanidade gerada no pecado. Era certo que os leprosos na Idade Média, por exemplo, possuíam a doença, pois seus pais não souberam se conter e praticaram o ato sexual em datas não permitidas.

No Novo Testamento, a sexualidade é tratada discretamente pelos Evangelistas. O apóstolo Paulo insiste na oposição entre a carne e o espírito, sendo a carne a principal fonte do pecado, apelando então para a virgindade e à continência, fundamentadas no respeito ao corpo humano. “Na Idade Média, a diabolização da carne e do corpo, assimilados a um lugar de deboche, no centro da produção do pecado, fará perder ao corpo toda a sua dignidade” (LE GOFF, 1991, p. 195).

A instituição eclesial regulava até a forma como ocorria a relação sexual, pois acreditava que algumas posições poderiam inibir ou ajudar a concepção. A única posição permitida, por exemplo, era a do homem sobre a mulher, para ressaltar a superioridade masculina. Havia uma penitência se a mulher tomasse o lugar do homem. O sexo só devia ocorrer à noite e as

⁴ No Brasil, com a chegada dos colonos portugueses, a Igreja Católica também começou a exercer um controle sobre o povo. Inicialmente, os colonos, deparando-se com a nudez dos índios, pensaram estar no paraíso e como a cultura sexual indígena era livre da culpa cristã, viam nas índias o melhor meio para suprir seus desejos sexuais. Com a chegada dos jesuítas, porém, a religião iniciou o processo de normatização e punição para a extrema liberdade erótica e libidinosa praticada no Brasil. (RIBEIRO, 2005).

⁵ Concupiscência é a inclinação do homem a gozar os prazeres materiais, particularmente os prazeres sexuais, sensuais. “Foi Santo Agostinho que deu à concupiscência o seu estatuto de desejo sexual” (LE GOFF, 1991, p. 196). Por intermédio da concupiscência, ele uniu pecado original e sexualidade. Mas o apóstolo Paulo já a havia utilizado.

peessoas deviam estar parcialmente vestidas. Se havia esse cuidado rígido e essa sensação de “proibido” se tratando da relação entre heterossexuais, as punições para aqueles que mantinham relacionamento homossexual eram bem piores, sendo essa relação considerada como antinatural.

A Igreja restringia às ocasiões para ter relações sexuais, segundo um trecho de um penitencial irlandês, descrito por McLaren (1990, p. 132):

Para quem quer que viva em matrimônio legítimo são estas as regras de conduta: continência durante as três Quaresmas do ano e às sextas-feiras, às quartas-feiras e aos domingos, e entre os dois Natais e as duas Páscoas, no caso de ir tomar o sacramento no dia de Natal e no dia de Páscoa e no dia de Pentecostes. Devem também observar continência na altura do incômodo mensal das esposas e na altura da gravidez e durante trinta noites após o nascimento de uma filha e vinte noites após o nascimento de um filho.

O sexo anal, por exemplo, resultava numa penitência de sete anos. Já o sexo oral recebia uma pena de três anos. Do mesmo modo, a masturbação também era condenada e a penitência podia chegar até um ano, dependendo da idade, status do réu e frequência da prática (RICHARDS, 1993). Segundo McLaren (1990), a penitência para a masturbação masculina era de dez dias e a da mulher um ano, pois ela estava evitando seus deveres para com os homens e para com a procriação.

As penas mais pesadas eram reservadas para incesto, sodomia e bestialidade; quinze anos para infratores habituais. Até o adultério era tratado como algo menos pecaminoso (RICHARDS, 1993). Tanto o sexo oral, como o anal e a masturbação eram proibidos, pois eram considerados contraceptivos e isso era inconcebível.

A sodomia era símbolo do descontrole sexual e ato contrário à natureza, representando os coitos anais e orais e as relações entre pessoas do mesmo sexo, principalmente entre homens. O apóstolo Paulo, segundo Ariès apud Dantas (2010), condenava a passividade sexual masculina. Os homens sofriam punições piores do que as mulheres. Os considerados sodomitas chegavam a ser até castrados ou condenados à morte na fogueira.

No século XII aconteceu o Quarto Concílio Lateranense de 1215 que foi essencial para fortalecer o controle da Igreja sobre a vida dos leigos. A

confissão e a comunhão anuais eram obrigatórias, correndo o fiel risco de não poder frequentar a Igreja e lhe ser negado um sepultamento cristão. Foi introduzido também o registro dos proclamas de casamento, banindo os casamentos clandestinos. Punições aos hereges e homossexuais foram ordenadas, considerando-os como criminosos e os deixando à margem da sociedade.⁶

O movimento contínuo da Igreja para aprimorar seu controle sobre o casamento e eliminar as ligações sexuais irregulares, sua propensão a impor o celibato clerical, o desenvolvimento de um corpo detalhado e coerente de leis da igreja sobre assuntos sexuais, definindo e prescrevendo condutas pormenorizadamente, são fatores que testemunham sobre o desejo da Igreja de exercer um controle sobre toda a sexualidade dos fiéis (RICHARDS, 1993, p. 25).

O Quarto Concílio Lateranense institucionalizou os processos de inquisição, em que começou a prática de iniciar procedimentos legais sem acusação privada e os processos de visita, investigação e ação eclesiásticas para os considerados hereges, acusados de infidelidade e traição.

A ideia de um apocalipse assustava a população, que através da penitência buscava ainda mais a renovação e com ela a salvação. Para isso, o cristão deveria obedecer a Igreja e seguir o que ela lhe ordenava (RICHARDS, 1993).

Após esse acontecimento, houve um período de paz, que ocorreu antes da chegada da peste negra⁷, por volta do ano de 1348 a 1350 (BORRILLO, 2010). Esse episódio fez com que a população buscasse novamente e primeiramente a salvação, se preocupando com a morte, o juízo, o paraíso e o inferno. Preocupados, o povo condenou ainda mais as minorias como os judeus, os leprosos e os homossexuais, vistos como a ameaça para quem se definisse cristão, saudável e heterossexual e culpados pela ocorrência de catástrofes, como a peste (RICHARDS, 1993). Era uma campanha contra as heresias de toda a natureza, que evoluiu até a inquisição. Tal fato intensificou a

⁶ No Terceiro Concílio Lateranense, em 1179, os homossexuais já recebiam punições (excomunhão para leigos e destituição e aprisionamento penitencial em mosteiros para infratores do clero) (RICHARDS, 1993).

⁷ Segundo Borrillo (2010), a grande peste negra dizimou mais de um terço da população.

caça aos sodomitas, tendo muitos deles como destino a fogueira. Essas perseguições tornaram a homossexualidade perigosa e clandestina (ZELDIN, 1996). E o que ligava esses grupos, utilizado como fator “demonizador” e causador de todo mal era o sexo.

Os monges também precisavam se redimir dos seus pecados, pois, apesar de não praticarem o ato sexual, eram dominados pelo desejo que invadia seus pensamentos, sendo a mulher culpada de atormentá-los. Por isso eles deviam vigiar seus desejos e lutar para não cair em tentação (DANTAS, 2010).

Segundo Le Goff (1991, p. 193),

“[...] o cristianismo antigo fala mais frequentemente de uma diversidade de pecados da carne que de um só [...]. A unificação da repressão da sexualidade faz-se à volta de três noções: 1) a fornicação, que aparece no Novo Testamento e será consagrada, sobretudo a partir do século XIII, pelo sexto mandamento de Deus <<Não fornicarás>>, designando assim todos os comportamentos sexuais ilegítimos (mesmo no seio do casamento); 2) a de concupiscência, que encontramos nos Padres da Igreja e que está na raiz da sexualidade; 3) a de luxúria, que - ao ser criado o sistema dos pecados mortais, entre o século V e o século XII – congrega todos os pecados da carne.”

Juntamente com a reforma na Igreja que consistia na reparação dos fieis, ocorria a reforma da Igreja que compreendia a mudança da instituição. Essa reforma foi respaldada no processo de clericalização e o de romanização.

O primeiro constituiu-se com o reforço do já tradicional monopólio clerical sobre o poder religioso e sobre as instituições eclesásticas. Já o segundo preconizava o monopólio jurisdicional da Igreja romana e do papado sobre as Igrejas locais (GOMES, 1997, p. 51).

Resumindo, essas mudanças só aumentavam o poder eclesial. Os conflitos entre a Igreja e o Império foram frequentes e a necessidade de outras reformas, que a Igreja não aceitava, foram surgindo. Na época de Lutero (1521), houve uma Reforma (surgimento do protestantismo) que causou uma ruptura na cristandade, mas que não conseguiu uma renovação geral na Igreja.

Com a palavra da salvação cristã, a Igreja dominava a população. Porém, no século XII, ocorreu um processo de laicização, em que o mundo

natural, profano foi ganhando força e autonomia graças ao conceito de natureza. “Com a difusão da *Política de Aristóteles*, o Estado não tem mais como causa o pecado, não é mais uma instituição convencional, mas natural”. (GOMES, 1997, p. 55). O homem foi considerado como um ser naturalmente sociável, sendo por natureza social e político e o Estado uma obra-de-arte que imitava a natureza. Mesmo assim a Igreja acrescentava outras verdades conhecidas pela fé à razão natural, mas que não invalidavam as verdades naturais.

A emancipação do Estado e a laicização possibilitaram no séc. XIV à Igreja, a se enxergar como um domínio à parte, sendo independente. Sendo assim, por esse e outros acontecimentos, os conflitos entre eles começaram a se resolver.

Para tanto, a Igreja considerava-se uma sociedade perfeita, porque era completa como instituição e porque não estava subordinada a nenhuma outra sociedade...A eclesiologia tridentina falava da Igreja e do Estado não tanto como dois poderes, mas como duas sociedades perfeitas. A concepção societária da Igreja permitiu as políticas de entendimento da Igreja com os Estados – concordatas, padroados e outras -, o Estado confessional e a distinção entre aparelho religioso e aparelho eclesiástico. (GOMES, 1997, p. 57).

Mesmo com o enfrentamento desses poderes apaziguado, a Igreja católica ainda considerava a religião acima de todas as coisas, a qual o mundo deveria estar ligado. Só a religião seria capaz de conferir às coisas mundanas a eternidade, a transcendência, a densidade. E esses ideais ainda permanecem em atitudes de muitos fundamentalistas religiosos que esquecem que o Estado é laico e quem nem todos são adeptos de uma religião.

Assim como descrito anteriormente, com essa ideia de que a religião deveria estar acima de tudo, a Igreja controlava o povo por meio do casamento e das relações sexuais. Goody apud McLaren (1990) afirma que a Igreja, dessa forma, poderia arruinar o paganismo. Dentro do casamento, a instituição eclesial exercia seu poder sobre a vida familiar, o que era também de interesse econômico para ela. Muitos indivíduos, que tinham suas estratégias de direito de herdar bloqueadas, cediam suas terras à paróquia local. Viúvas que não podiam mais se casar muitas vezes também acabavam deixando sua fortuna à

Igreja. “Cada gesto, posição, palavra e pensamento foi avaliado, classificado, codificado e regulamentado” (DANTAS, 2010, p.03) pela Igreja.

De acordo com Le Goff (1991), três acontecimentos marcaram o século X ao século XIV: a reforma gregoriana e a divisão sexual entre clérigos e leigos, o casamento monogâmico indissolúvel e a unificação conceptual dos pecados da carne através do pecado da luxúria, dentre os pecados mortais. Sendo assim, a Igreja atacava o incesto, a poligamia e o concubinato⁸. Contudo, a elite não se mostrou satisfeita em abandonar o uso do concubinato, pois queria limitar os herdeiros legítimos, e nem da endogamia⁹, para proteger suas propriedades.

O casamento na Idade Média era então selado por uma troca de propriedades, pela necessidade de posses e pelo ato sexual. A partir desse acordo a mulher pertencia ao seu marido, tendo que satisfazer os seus desejos. Elas se tornavam propriedades dos homens e estavam sujeitas ao poder masculino, sendo vigiadas e subjugadas, por representarem o perigo. Deveriam ficar tanto quanto possível enclausuradas e se era preciso sair, para cerimônias ou devoções, necessitavam escoltá-las (ARIÈS; DUBY, 1990). As adúlteras, por exemplo, podiam ser estranguladas, queimadas ou submetidas à prova da água (McLAREN, 1990).

No Novo Testamento, os evangelistas elogiam o casamento, ressaltando a monogamia e a indissolubilidade. São Paulo não aceita o casamento senão como um mal menor o qual é preferível ser evitado (LE GOFF, 1991).

Segundo Duby apud McLaren (1990), havia dois tipos de casamentos no século XI. O profano em que se tinha interesse em proteger o patrimônio e assegurar a continuidade da linha familiar. E o religioso, que era contra a lascívia¹⁰ e o divórcio e foi tornado um sacramento.

Até o século IX porém, segundo Dantas (2010), o casamento não era controlado pela Igreja, sendo ele um acordo laico e privado. Desse modo, não era evidente que a união deveria ser monogâmica, indissolúvel e fundamentada no consentimento recíproco de dois indivíduos. A Igreja não

⁸ Concubinato seria a condição do casal que vive junto, mas que não tem seu casamento reconhecido legalmente.

⁹ Diz-se endógamo aquele que casa com outra pessoa porque ambos pertencem a mesma classe, para preservar suas propriedades.

¹⁰ Lascívia é uma das características para quem tem sensualidade, luxúria, para quem tem modos libertinos, libidinosos.

participava da celebração. Os pais e os noivos firmavam uma aliança política e um contrato oficial, em que os pais da noiva ofereciam um dote ao noivo. Todos acompanhavam o casal até o leito e o pai do noivo abençoava a união e após o término da solenidade, eles se retiravam para deixar o casal a sós. Enquanto os convidados aproveitavam a festa, o casal se relacionava sexualmente. Entre os camponeses, entretanto, não havia influência econômica e política na escolha dos noivos e os casamentos por amor eram comuns.

Anteriormente, a Igreja não participava efetivamente do casamento e sua introdução foi gradativa, apenas orientando e aconselhando os casais. Com a expansão do cristianismo, a Igreja passou a interferir nas uniões matrimoniais e impunha os modelos de indissolubilidade e monogamia, ameaçando os transgressores de excomunhão. A sacralização do casamento pela Igreja, de acordo com Araújo (2002), só aconteceu por volta do século XII e a ideia de um acordo indissolúvel e monogâmico ocorreu somente no século XIII. A cerimônia não mais acontecia na casa dos noivos, mas sim na instituição eclesial e conduzida por um padre.

As relações sexuais eram consideradas pecado mesmo se fossem realizadas dentro do casamento, o que só reduzia a sua imundície. Entretanto, entre os séculos XVI e XVII, a união sexual do casal não era mais mal vista, desde que objetivasse a procriação. Tornou-se um ato sagrado responsável pela propagação da espécie humana. A Igreja impôs ao casal que pagasse a dívida que lhes foi dada quando o matrimônio foi realizado. E essa dívida era o ato sexual. Nenhum dos dois poderia recusar-se a pagar sua dívida e deviam a saldar constantemente. Isso, segundo eles, inibia o adultério e a concupiscência. O homem poderia expressar claramente o seu desejo de quitar a dívida, diferentemente da mulher que só podia demonstrar sua vontade discretamente (DANTAS, 2010).

A Igreja por tempos tentava limitar a produção de herdeiros. Porém, ela acabou por se relacionar com a aristocracia e perceber a necessidade dos nascimentos, sendo algo de seu interesse. A boa esposa era a esposa fértil. O eclesial considerava diabólico algumas práticas contra a procriação e as mulheres eram frequentemente acusadas de praticarem magia para não terem filhos. Havia obras da medicina que ajudavam aqueles que quisessem o

controle da natalidade. A magia era muito atacada pela Igreja, que a considerava obra de bruxas e de seres malignos e qualquer método contra a concepção era considerado homicídio: “[...] os perigos inatos do acto sexual, os excessos, nas formas de paixão imprópria, posições antinaturais e número de uniões, eram, todos eles, condenados.” (McLAREN, 1990, p. 147).

Diziam que as prostitutas eram peritas em impedir ou interromper a gravidez, possuindo meios e conhecimentos para tal feito. Houve um crescimento dos bordéis que acreditavam ser um meio para a regulação da fertilidade.

O aborto e o infanticídio eram condenados pela Igreja, sendo eles horríveis tragédias que podem acontecer a um ser humano. Alguns acreditavam que os abortos também eram provocados pelos vestuários utilizados, pelas danças, pancadas poções ou outros métodos. Por isso, esses acontecimentos não eram muito frequentes, diferentemente do abandono de crianças que era algo comum na Idade Média, mas havia a esperança de que viessem a ser recolhidas. Existiam aqueles que acreditavam que algumas famílias abandonavam os filhos para proteger as propriedades. Os conventos eram lugares que acolhiam os desamparados.

Nos tempos feudais a honra, era assunto masculino, mas dependia do comportamento das mulheres, que não podiam fazer os seus cônjuges passarem vergonha (ARIÈS; DUBY, 1990).

Muitas mulheres procuraram refúgio na Igreja para protegerem seus interesses. Sentiam-se atraídas “pela defesa da igualdade espiritual, da monogamia, do perdão do adultério e da hostilidade do divórcio” (McLAREN, 1990, p. 119). Nota-se que a religião era um fator de correção e controle da vida das mulheres. A figura masculina que castiga, educa e também perdoa (SANTOS; WACKERHAGE, 2013).

A mulher era extremamente inferior na época medieval e a culpada por muitos dos piores acontecimentos com os homens e a sociedade. Era a única responsável pelos abortos e pela contracepção, sendo ela perigosa e insaciável sexualmente. Escritos comparavam todas as mulheres a adúlteras e prostitutas e a Igreja procurava proteger o homem do domínio feminino. Na Bíblia, o Eclesiastes dizia que o pecado começou com a mulher e que era por

causa dela que todos morriam (LE GOFF, 1991). Sendo assim, havia uma separação nítida entre o masculino e o feminino.

Quando se casavam, os casais formavam uma família, que era composta pelo homem e pela mulher, não podendo ser formada de outra maneira. A família é o coração do privado, o verdadeiro lar e todos deveriam estar cientes disso (ARIÈS; DUBY, 1990).

A família, sendo considerada somente se for formada por um homem e uma mulher, um pai e uma mãe, é assunto polêmico discutido por muitos estudiosos atualmente. Na escola, principalmente, esse assunto deve ser tratado com delicadeza, pois há diferentes constituições familiares, tendo crianças que convivem com avós, ou só com a mãe ou o pai ou com casais homossexuais.

Por volta de 1253 e 1270 foi escrita, por um personagem importante da história de Genova, Jacopo de Varazze, uma obra de cunho didático, de caráter moral, educativo e religioso, que servia como guia para os sacerdotes elaborarem seus sermões, mostrando o que era e o que não era aceitável na época. Essa obra continha partes que diziam que as mulheres deveriam ser disciplinadas, educadas e mostrava como elas deveriam se comportar. Punia o comportamento desviante, colocando as mulheres como meros objetos e seres que precisavam ser controlados.

As mulheres da nobreza eram mais vinculadas à castidade, mais pura e elevada, ao contrário daquelas de outros segmentos que precisavam de provas, prisão e receber o poder masculino para conseguirem alcançar este status (SANTOS; WACKERHAGE, 2013). A virgindade era o status que todos queriam alcançar, sendo o auge da santidade.

Nessa época de grandes produções artísticas, havia as trovas cantadas pelos poetas. Existia o amor cortês onde um herói se declarava à mulher, confessando o seu amor, sem fazer relação ao corpo e colocando a mulher em um plano superior ao homem. Em contrapartida, existia o amor cavalheiresco que a colocava em uma atitude passiva e de submissão. A Igreja era contra essas formas de amor por ameaçarem a pureza do amor conjugal.

Na cultura do povo Hebreu, muito citada na Bíblia Sagrada, os homens eram vangloriados enquanto que as mulheres sofriam discriminação. Na Bíblia, a mulher é induzida a ser como escrava do homem, tendo que satisfazer seus

desejos e obedecendo a suas ordens. Períodos naturais da mulher, como a menstruação, eram tratados com desprezo e repúdio, sendo ela considerada como alguém inferior. Já no início da Bíblia, no Genesis, a mulher é condenada por Deus como sendo a responsável pelo sofrimento da humanidade, por ter comido a maçã que a serpente lhe ofereceu e que ela ofereceu ao seu companheiro. O livro sagrado foi e ainda é usado como justificativa a muitos atos realizados pelo povo, tanto na Idade Média como atualmente.

Mesmo sendo perseguidas, muitas mulheres enfrentavam o poder opressor, lutando, desfrutando de prazeres mundanos e isso muitas vezes ocasionava em finais trágicos.

Segundo Araújo (2002), a Igreja começou a perder poder com o início da revolução burguesa, “que vai arrancar fora os véus da ilusão religiosa” (ARAÚJO, 2002, p. 02). Começa a entrar em vigor a ética protestante e o capitalismo, sendo o homem regido por uma nova organização social. O amor, assim como os prazeres sexuais, passou gradativamente a fazer parte das uniões matrimoniais. Entretanto, as religiões não perderam totalmente sua força e muitos fundamentalistas religiosos ainda são regidos por ideias que defendem o casamento baseado na procriação, condenam métodos contraceptivos e as relações homossexuais.

4 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA

A palavra homossexual se tornou notável em 1896 pelo escritor vienense Benkert, “[...] na esperança de evitar perseguição ao mostrar que os homossexuais constituíam em verdade um “terceiro sexo” independentemente de sua vontade [...]” (ZELDIN, 1996, p. 116) e por isso não podiam serem julgados de vício ou crime.

Originalmente, a homossexualidade era tratada como um ritual e uma fonte de prazer, sendo ela uma força conservadora, parte da religião pagã, cujos deuses desfrutavam do sexo de todas as formas. E somente quando o sexo deixou de ser esse divertimento divino, a homossexualidade passou a ser perseguida (ZELDIN, 1996).

Via-se a homossexualidade entre samurais japoneses e guerreiros celtas, que a enxergavam como algo natural e até essencial. Escolas continuavam tradições homossexuais e havia apreciação dos pintores da pintura de garotos efeminados.

Na Grécia Antiga as relações homossexuais supriam as necessidades de relações pessoais, não encontradas no casamento ou entre pais e filhos. Segundo Sartre (1991, p.59), “A homossexualidade é tão característica da Grécia Antiga que a própria expressão “amor grego” de tal modo lhe ficou ligada que ainda hoje parece indicar a sua origem”. Em Atenas, o relacionamento acontecia como forma de educação, entre um adolescente, denominado *eromenos* (amado) e um adulto, o *erastes* (amante). De acordo com Borrillo (2010), a relação entre o *eromenos* e o *erastes* assumia o caráter de uma preparação para o casamento e os atos homossexuais entre estes eram reconhecidos socialmente. Era o tipo de relação instituída pelas cidades gregas. Os adultos eram os tutores, ensinavam os meninos a cuidar, a amar. Deveriam ser sempre ativos, pois eram mais experientes. O *eromenos* deveria sempre se mostrar passivo, aquele que não sabe de nada, que está aprendendo. Essa união era denominada “pederastia” “- do grego *país*, *paidós* (menino) e *éros*, *érotos* (amor, paixão, desejo ardente) – que implicava a afeição espiritual e sensual de um homem adulto por um menino” (BORRILLO, 2010, p. 45).

Apesar de essa relação homossexual ser bem vista pela sociedade, era apenas aprovada se ocorresse entre homens de diferentes idades. Homens com a mesma idade que mantinham práticas homossexuais não eram aceitos, pois um deles teria que assumir o papel passivo, tendo que ser submisso, e isso o igualava a uma mulher. As mulheres nessa cidade eram submissas aos seus maridos, tendo como única função a reprodução e como não possuíam conhecimento, não poderiam ensinar nada aos filhos. A opinião destas mulheres não era valorizada e não podiam assumir nenhuma atividade participativa na política. O mesmo acontecia com as mulheres romanas, que estavam sempre a serviço do homem, esperando seus desejos. Assim como em Atenas, em Roma as mulheres (bem como escravos e crianças) assumiam o papel passivo não só na relação, mas também na sociedade.

Em Esparta, todavia, as mulheres eram bastante respeitadas, pois eram elas as responsáveis por gerar os grandes guerreiros, fortes e hábeis. Apesar de não terem direito à participação política, exerciam grande influência sobre seus familiares (MACHADO E BORGES, 2013). O envolvimento entre homens do mesmo sexo nessa cidade também era diferente. Na sociedade guerreira, havia um incentivo para os casais amantes, como parte do treinamento e disciplina militar: lutavam com muita bravura para que nada acontecesse aos seus parceiros (CORINO, 2006).

No Egito antigo, relatos apontam que a relação entre pessoas do mesmo sexo não era encarada como algo comum. Contudo, dependendo do contexto em que o ato sexual acontecia, não era visto como um ato totalmente repugnante. As mulheres egípcias alcançaram uma liberdade sem igual comparada com as outras civilizações. Elas realizavam alguns trabalhos considerados masculinos, como a colheita, separação de grãos, moagem e em alguns casos confeccionando objetos de cerâmica. Embora não ocupassem cargos burocráticos no Estado egípcio, suas atividades no templo eram reconhecidas e também podiam realizar serviços, como compra e venda de propriedades, supervisão de gado e atividades comerciais (SILVA, 2012). Neste momento histórico no Egito, a mulher não assumia um papel de serva do homem e gozava de mais direitos, diferente dos tempos atuais onde elas são agredidas, estupradas, mortas por crimes de honra, sem impunidade e torturadas diariamente.

Com os movimentos sociais desencadeados nos séculos atuais, as mulheres passaram a ser mais valorizadas, garantindo o direito ao voto, o acesso à Universidade e o emprego fora de casa. Todavia, muitos ainda tratam-nas como objeto sexual, submissas ao poder masculino, ganhando salários mais baixos e sendo frequentemente foco de piadas preconceituosas.

A Bíblia, como já descrito anteriormente, é referência para muitos e partes como o Levítico e relatos do apóstolo Paulo consideram a homossexualidade como abominável tendo que ser desprezada. Há trechos que condenam a relação entre pessoas do mesmo sexo, a nudez e o incesto, assim como o coito durante as regras da mulher (LE GOFF, 1991).

Como já relatado no capítulo anterior, a repressão da homossexualidade na Europa começou nos séculos XII e XIII, que chegou ao ponto de amputar os testículos e queimar na fogueira (ZELDIN, 1996).

Apesar de toda a repressão presente nesse período, após a reforma eclesiástica e uma onda de espiritualidade ascética, assim como a revitalização das cidades e da vida urbana, homossexuais realizavam encontros e utilizavam gírias gays. Cidades italianas, como Veneza e Florença, tornaram-se notórios centros homossexuais (RICHARDS, 1993). Em Berlim, no final do século XIX, havia bares gays e publicações sobre a homossexualidade (BORRILLO, 2010). Porém, esses acontecimentos não diminuíram em nada a discriminação contra essas pessoas. A homossexualidade ainda era taxada como algo inato e seus praticantes acusados de homicídio (por desperdiçarem o sêmen) e sodomia (por depositarem-no em lugar impróprio).

No Brasil, na época da chegada dos colonos portugueses, as relações anais ocorriam e eram comuns na colônia, tanto entre dois homens, como entre um homem e uma mulher.

No século XIX houve outra mudança na história da homossexualidade, que passou a ser classificada não mais como pecado, mas como doença, ou um sinal de educação deformada, ou consequência de uma disposição genética. Desse modo essa prática não necessitava mais de punição, mas sim de um tratamento que levasse à cura (SANTOS, 2013).

“A medicina passou a interferir nos prazeres do casal, inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais” (ARAÚJO, 2002, p. 04). Médicos e pedagogos detinham o poder de controlar a

sexualidade infantil, interditar o incesto e caçar as sexualidades consideradas contra a natureza como a homossexualidade, oferecendo-lhes ajuda para que fossem curados (como aconteceu em um caso recente com nosso deputado). Os chamados libertinos carregavam a mácula da loucura moral, neurose genital, desequilíbrio psicológico, etc.

Sobre a sexualidade em si, para Foucault (1988, p. 67)

[...] a sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar.

Durante grande parte do século XX, a homossexualidade foi considerada uma doença. Apesar disso, Sigmund Freud proporcionou avanços importantes que foram modificando o modo como a sexualidade era vista. Em relação à homossexualidade, contudo, mesmo não acreditando que fosse uma doença, Freud desenvolveu algumas concepções equivocadas sobre o assunto, acreditando que alguns indivíduos são homossexuais desde a infância, outros se tornam depois da puberdade, outros em que a atração sexual foi um episódio isolado e por fim, aqueles que foram pressionados a se tornar homossexuais (SOUZA, 1997). Mas Freud considerou a sexualidade como uma forma de construção da subjetividade da mesma forma que com o tempo, a homossexualidade começou a não se referir apenas às práticas sexuais ou às relações interpessoais, mas sim à própria identidade, como uma essência dada pela natureza.

O reconhecimento da homossexualidade como orientação sexual ocorreu somente na década de 70 quando a American Psychiatry Association (APA) retira-a do DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders). Na década de 90, a Organização Mundial de Saúde determinou que, por não ser uma doença, não se deveria buscar a cura para os homossexuais. Dentre as alterações significativas há a alteração do termo “homossexualismo” para “homossexualidade”, modificando o significado trazido pelo sufixo “ismo”, de doença, para a ideia do sufixo “dade” de “modo de ser” (FARIAS, 2010). No entanto, mesmo com a despatologização da homossexualidade, ainda

continuamos presenciando casos de intolerância, busca pela cura e ocorrências de violência e morte.

Muitos afirmam que as pessoas “viram” homossexuais, por se cansarem do sexo oposto ou por “sem-vergonhice”. Acontece que não tem como escolher, a pessoa nasce homossexual, assim como diz o Dr. Drauzio Varella em um vídeo¹¹ sobre a homossexualidade, confrontando essas afirmações sem embasamento teórico com a pergunta “Quando é que você decidiu ser heterossexual?”. A homossexualidade está presente não só entre os seres humanos, mas está documentada entre espécies de animais.

Medidas tomadas pela Igreja, seja católica ou evangélica (com influências mais fortes no Brasil) já se voltaram contra os homossexuais, influenciando o pensamento de milhares de fiéis e reforçando os estereótipos relativos à homossexualidade. Em julho de 2003, por exemplo, o então cardeal Joseph Ratzinger, atual papa emérito Bento XVI, como prefeito da Sagrada Congregação da Doutrina da Fé iniciou uma campanha contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e contra a adoção de leis que favorecessem essa união (BUSIN, 2008). Entretanto, atualmente, o mundo presencia mudanças com os ideais do Papa Francisco, que apoia eventos como a Parada Gay e condena os ataques contra LGBTs¹². O que complica no Brasil são os fundamentalistas religiosos, contando com representantes evangélicos na bancada de deputados, que frequentemente agridem essa minoria.

A homofobia, do grego *homós*, que significa “igual, semelhante” e fobia, do grego *phóbos* “pavor, medo”, apareceu primeiramente em um dicionário de língua francesa e foi inicialmente utilizada para se referir a rejeição irracional e ao ódio em relação a gays e lésbicas (também a travestis, bissexuais e transexuais). Contudo, seu significado não pode ser reduzido a esse aspecto de modo que homofobia “[...] é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal [...]” (BORRILLO, 2010, p. 13). Além de ser utilizado em referência a atitudes negativas a homossexuais, esse termo, gradativamente, passou também a ser empregado em alusão a casos de preconceito, discriminação e violência. Refere-se também a rejeição a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Aproxima-se também

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=rqi-UTb9f9Y>

¹² LGBT é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros.

“de outras formas de discriminação como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, pois consiste em considerar o outro (no caso o/a homossexual e transgêneros) como desigual, inferior, anormal.” (Perucchi;Brandão;Vieira, 2014, p. 68).

Segundo Borrillo (2010), a homofobia pode ser dividida em homofobia afetiva (psicológica) e homofobia cognitiva (social) e também em homofobia geral e homofobia específica. A homofobia afetiva representa a condenação da homossexualidade, enquanto que a homofobia cognitiva “[...] pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hetero [...]” (BORRILLO, 2010, p. 24), preconizando a tolerância, de forma que ninguém rejeita os homossexuais, mas também não se incomoda que eles não usufruam os mesmos direitos que os heterossexuais.

A homofobia geral pode ser designada como a inclinação do masculino ao feminino e vice-versa, sendo um homossexual traidor e desertor do gênero ao qual pertence “naturalmente”, já que quando nasce lhe é imposta a condição de homem ou mulher que tem que gostar e se adequar aos padrões de cada gênero. Ao contrário da homofobia geral, a homofobia específica se refere a uma forma de intolerância especialmente contra gays e lésbicas. “Alguns autores propuseram a distinção entre “gayfobia” e lesbofobia” – noções que designam declinações possíveis dessa homofobia específica (BORRILLO, 2010, p. 27). A lésbica, por exemplo, é vítima do preconceito contra seu gênero – por ser mulher - e contra sua sexualidade, por ser homossexual. Com a ascensão da mulher, que se tornou cada vez mais independente, os antifeministas transformam a mulher autônoma em lésbica e a própria lésbica em alguém invisível, discreta, vítima de um sentimento passageiro e suscetível de “reparação” com a chegada de um homem “de verdade”.

Borrillo (2010) também apresenta as principais opiniões homofóbicas que desejam “[...] considerar os gêneros e as sexualidades pela construção de um sistema de valores (a promoção da heterossexualidade monogâmica) [...]” (BORRILLO, 2010, p. 64) e encontrar uma forma de diferenciar, curar, segregar ou eliminar os homossexuais. Primeiramente, ele fala sobre a homofobia clínica, em que há uma tentativa de normatização da homossexualidade, considerada como doença, neurose, perversão ou excentricidade. Colocam os homossexuais como inferiores, que carregam características femininas,

padronizando-os. Dessa forma, os tratam como seres que precisam ser endireitados, curados, corrigidos, a fim de serem adaptados ao modelo heterossexual. Declara ainda que a busca pelas causas da homossexualidade é uma forma de homofobia.

A homofobia antropológica afirma que a sociedade deve submeter-se a diferença anatômica dos sexos, sob pena de ocorrer uma catástrofe antropológica. Sendo assim, a igualdade de direitos de gays e lésbicas é considerada uma ameaça para a essencial divisão dos sexos. E é em nome dessa divisão “[...] que as uniões homossexuais devem ser deixadas à margem do direito da família.” (BORRILLO, 2010, p. 74). Assim, a diferença dos sexos torna-se, além da justificativa de exclusão, o critério pelo qual os homossexuais são denunciados como responsáveis pela destruição dos princípios fundamentais da civilização.

A homofobia liberal se baseia na tolerância, onde os casais homossexuais devem ter direito de manifestar seu amor no ambiente privado, sendo respeitados pelo Estado em sua vida privada sem, no entanto, mostrarem-se publicamente. Os liberais consideram a homossexualidade uma escolha e defendem a sua descriminalização, mas apesar de priorizarem a tolerância, consideram os heterossexuais os únicos merecedores do reconhecimento da sociedade.

Borrillo (2010) intitula homofobia “burocrática”: o stalinismo, a discriminação da homossexualidade dentro do comunismo. Consideram como obscenidade, falta de moral, acreditando que em uma sociedade saudável - como a sociedade comunista em sua versão stalinista - os comportamentos homossexuais desaparecerão naturalmente, diferente do meio capitalista, onde há uma decomposição moral. O autor declara que a repressão da homossexualidade e as campanhas homofóbicas ocorreram quando Stalin tomou o poder, considerando-a como uma anormalidade psíquica. No governo stalinista, muitos homossexuais foram detidos e as relações entre eles eram punidas com cinco anos de trabalhos forçados.

Por fim é tratada a homofobia em seu paroxismo: o “holocausto gay” que retrata a fase da sociedade nazista que desejava construir uma raça pura, sem “defeitos”. Para isso, os membros da raça ariana deveriam se reproduzir para garantir a supremacia alemã. Sendo assim, todas as formas de prevenção do

nascimento eram condenadas e até tentavam “curar” os homossexuais, forçando-os a se relacionarem com prostitutas. Com impossibilidade da cura, muitos homossexuais foram castrados para serem privados de qualquer forma de prazer. Em 1935 as punições contra a homossexualidade se tornaram mais duras chegando a pena de até dez anos de prisão. Até mesmo as manifestações afetivas sem relação sexual eram punidas.

O mundo possui ainda uma visão heterossexuada, em que a sexualidade considerada normal é aquela que se estabelece entre homens e mulheres e as outras sexualidades: homossexualidade, bissexualidade, sexualidades transexuais, são, na melhor das hipóteses, classificadas como diferentes (WELZER – LANG, 2001). “Estigmatizar o outro para se justificar, eis a lógica do mecanismo psicológico bem rodado que já deu provas de sua eficácia em grande número de outros domínios [...]” (BORRILLO, 2010, p. 106).

A relação de gênero é uma questão que intensifica a realidade desse tipo de preconceito. A ordem sexual a que foram submetidos o homem e a mulher definiu os “papeis” de cada um na sociedade, sendo o homem o dominador e a mulher a responsável pela vida doméstica e submissa aos desejos masculinos. Essa ordem sexual, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia (BORRILLO, 2010). A homofobia “pode-se expressar numa espécie de terror em relação à perda do gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos/as” (LOURO, 1997). Desde a infância, na maioria dos casos, garotos aprendem que não devem chorar, que devem ser os protetores, pois não devem agir como as mulheres, que são fracas e desprotegidas. Devem gostar de futebol, de carrinho, de cerveja, serem os “pegadores” senão não são verdadeiros machos. Da mesma maneira, na antiguidade o homem não podia assumir o papel passivo porque não poderia se comparar a uma mulher, que era inferior a ele. Portanto, é imposta a ideia de que “[...] para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres” (WELZER – LANG, 2001, p. 462). E essa divisão por gêneros se mantém regulada pela violência, em casos de estupro, violências domésticas, passando também pela violência no trabalho, as quais “[...] tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e

individualmente os homens à custa das mulheres” (WELZER –LANG, 2001, p.461). Essa violência em relação à mulher pode ser vista também em casos de assédios que insistem na imagem da mulher relacionada ao erótico, o sensual, sempre ligada ao sexo. Podemos perceber isso nas propagandas de cerveja e em programas de auditório, por exemplo.

Por isso que os homens homossexuais são frequentemente comparados às mulheres (efeminados), chamados pejorativamente de “mulherzinhas”, assim como os heterossexuais que não se encaixam no padrão ideal masculino. E tudo isso causa sofrimento ao homem que, se não segue esse modelo recebe ofensas, ameaças, gozação. Com medo de serem igualados às mulheres e aos homens homossexuais, os heterossexuais do sexo masculino vivem em constante forma de se aprovarem como verdadeiros machos, se policiando para não cometerem falhas.

O surgimento do *sciencia sexualis*, a definição dos indivíduos não mais através de um dado fisiológico (o aparelho genital), mas através de uma categoria *psicológica* que é o desejo sexual, contribuiu para impor nos homens um quadro heterossexual apresentado, ele também como uma forma *natural* de sexualidade. Assimilando a sexualidade, e seu bloco de jogos, de desejos, de prazeres da reprodução humana, o paradigma heterossexual se impôs como linha de conduta para os homens (WELZER –LANG, 2001, p. 467).

E isso é o que hoje fundamenta o heterossexismo, que é a discriminação contra todo tipo de sexualidade considerada não natural, supondo que todo mundo é heterossexual até que se prove o contrário. É revelada a superioridade daquele que penetra, o dominante, os homens ativos, em detrimento daquelas e daqueles que são penetrados, logo, os dominados, visão esta fundamentada em séculos passados. O heterossexismo coloca o heterossexual em uma posição superior, considerando as outras formas de sexualidade como incompletas, acidentais, perversas, criminosas, patológicas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2010).

As lésbicas por sua vez, são comparadas aos homens, sendo vistas como pessoas fortes, que usam roupas masculinas e se comportam de forma grosseira. Muitos homens insistem em afirmar que as lésbicas gostam de

mulheres, pois não encontraram o par ideal que as satisfaça sexualmente. E isso acontece também com os gays.

As relações homossexuais também são frequentemente comparadas às relações que se baseiam somente no prazer carnal sem que possa haver laços afetivos entre os casais. Promiscuidade, pedofilia, sem-vergonhice são vinculados aos homossexuais, principalmente aos gays. Do mesmo modo, são considerados incapazes de constituir uma família, por possuírem distúrbios ou porque eles influenciariam seus filhos a “virarem” homossexuais (como muitos ainda insistem em afirmar), o que seria um absurdo. Afirmando até que as crianças criadas por casais homoafetivos podem apresentar algum tipo de dificuldade na aprendizagem e sofrerão com discriminações. Certamente, as crianças sofrerão discriminações, entretanto as ofensas não se restringem somente às orientações sexuais, de modo que a pobreza, a deficiência e a etnia, são fatores alvos de preconceito (FARIAS, 2010).

Essas discriminações geram sofrimentos em muitos homossexuais que acabam por não se aceitarem do jeito que são. As lésbicas acabam se culpando por não realizarem “a função” destinada às mulheres, que é de se casarem e conceberem filhos, sendo boas esposas. E os gays não se reconhecem como os machos protetores que os homens devem ser.

Desse modo, o discurso que ouvimos, principalmente aquele baseado no das instituições religiosas serve para

Perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres e entre o masculino e o feminino; criar e manter a fronteira entre o “nós” – determinando o que é normal, portanto aceito ou valorizado – e os outros, os que fogem a normalização e devem ser rejeitados; criar condições de controle das sexualidades e dos corpos, e, portanto, de comportamentos e pensamentos; oferecer alternativas sagradas, dentro de um vasto mercado religioso, de redenção dos pecados e da salvação (BUSIN, 2008, p. 83-84)

Portanto, com essas atitudes discriminatórias que tendem a padronizar o comportamento dos fiéis e rejeitar o diferente, a Igreja acaba por fugir do primeiro mandamento que deveria ser seguido: “Amar o próximo como a ti mesmo”.

Essas ações contra os jovens homossexuais geram conflitos que causam sofrimento, violência e até morte.

Com a rejeição e discriminação que existe no meio social, fica difícil para o homossexual se assumir e quando o faz muitas vezes não encontra aceitação e acolhimento. A família, lugar de apoio e de carinho para as pessoas, muitas vezes, para os homossexuais, pode ser o primeiro ambiente de violência. “A hipótese confirmada ao longo desses anos de pesquisa é de que o preconceito se articula no contexto familiar como dispositivo de legitimação da violência [...]” (Perucchi;Brandão;Vieira, 2014, p. 68) e isso gera uma ruptura no vínculo familiar, afastando jovens lésbicas e gays de seus familiares, levando até à saída ou à expulsão da casa dos pais. Ainda que a violência homofóbica não culmine na expulsão de casa ela se manifesta no momento em que os jovens são ignorados, tratados como alguém que não merece respeito, ocorrendo, na maioria das vezes, brigas frequentes. Também em situações de diferença entre os heterossexuais e o homossexual, tendo o primeiro privilégios, ou nos comentários machistas que saem nas reuniões familiares.

Em outros casos a família aceita o jovem gay ou a jovem lésbica, porém com o peso da heteronormatividade fortemente presente na sociedade, acaba sofrendo e desejando que seu pequeno fosse diferente, para não enfrentar o mundo lá fora.

Desse modo, essa impossibilidade do homossexual se assumir ou de conviver normalmente com sua condição, acaba afetando sua saúde física e mental, levando, em muitos casos, ao suicídio. Em 2008, o Parlamento Europeu, instituição da União Europeia, publicou uma pesquisa realizada em 44 países da Europa sobre os riscos de suicídio entre jovens e crianças. O estudo aponta que o suicídio entre jovens lésbicas, gays, bissexuais e transexuais é maior do que entre jovens heterossexuais. E o problema não está relacionado com a aceitação por causa de sua orientação sexual ou à questão de gênero. Está nas críticas e discriminação que eles sofrem na sociedade, o que causa a instabilidade física e psicológica (BUSIN, 2008). Segundo o relatório de 2014 da OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil é o oitavo país em número de suicídios no geral.

Segundo um ranking feito pela Associação Internacional de Gays e Lésbicas, o Brasil lidera o ranking de assassinatos da população LGBT. No ano de 2013, o país foi responsável por 44% das mortes de LGBTs em todo o mundo. No relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia, no ano de 2014 foram registrados 326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo 9 suicídios. Um aumento em relação a 2013, um assassinato a cada 27 horas. Dentre os mortos, 163 eram gays, 134 travestis, 14 lésbicas, 3 bissexuais e 7 amantes de travestis (T-lovers). 7 heterossexuais também foram assassinados por serem confundidos com gays ou por estarem em circunstâncias ou espaços homoeróticos (RELATÓRIO, 2014).

Além dos homicídios, há casos de agressão física, humilhação, ameaça contra essas pessoas tratadas como anormais. Em 2012, o estudante Wilian Santos, na época com 20 anos, foi agredido em frente à Universidade, recebendo socos e pontapés e sendo xingado a todo o momento de viado, palavra comum utilizada para designar os gays, assim como bixa, mulherzinha, desmunhecado, dentre outras. O jovem ainda foi roubado.

No Afeganistão, no Irã, na Mauritânia, na Tchetchênia e no Sudão, os homossexuais são torturados e podem até ser condenados à morte. No Zimbábue, o presidente afirmou que os homossexuais são piores do que os porcos e os cães (BORRILLO, 2010).

De acordo com o site Guia de Direitos (2012) ¹³, a homofobia pode se expressar de diversas formas de maneira agressiva fisicamente, moralmente e verbalmente.

- o agressor costuma usar palavras ofensivas para se dirigir à vítima ou aos LGBTI como um todo;
- muitas vezes o agressor não reconhece seu preconceito e trata as ocorrências de discriminação como brincadeiras;
- é comum o agressor fazer uso de ofensas verbais e morais ao se referir às minorias sexuais;
- a agressão física ocasionada pela homofobia é comum e envolve desde empurrões até atitudes que causem lesões mais sérias, como o espancamento;
- o agressor costuma desprezar todas as formas de comportamento da vítima, considerando-os desviantes da normalidade;

13

- o homofóbico costuma se dirigir à vítima como se esta fosse inferior, nojenta, degradante e fora da normalidade;
- é costume do homofóbico a acusação de que as minorias sexuais atentam contra os valores morais e éticos da sociedade;
- o agressor costuma ficar mais agressivo ao ver explícitas demonstrações amorosas ou sexuais que fogem ao padrão heteronormativo (por exemplo: mãos dadas, beijos e carícias)
- o agressor costuma negar serviços, promoção em cargos empregatícios e tratamento igualitário às vítimas;

Dessa forma, sob pressão dessa violência, um grande número de homossexuais tende a lutar contra seus desejos e assume sentimentos de culpa, ansiedade, vergonha e depressão.

O estereótipo ainda disseminado sobre o homossexual incapaz de ter uma vida afetiva plenamente desenvolvida, sem família nem filhos, e sendo levado a terminar seus dias em uma solidão insuportável – aliviada, às vezes, pelo suicídio – obceca a mente de numerosos gays que, para evitar esse “destino trágico”, envolvem-se em uma tentativa de rejeição de sua própria sexualidade (BORRILLO, 2010, p. 101).

Porém, apesar dessa situação de extrema rejeição da homossexualidade, mudanças e lutas foram surgindo, mostrando que a união pode transformar essa realidade opressora.

4.1 As lutas

De acordo com Busin (2008), o primeiro grupo de militância homossexual brasileiro surgiu em São Paulo, no ano de 1978 e chamava-se SOMOS. O Grupo Somos de Afirmação sexual era o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais e objetivava a consciência individual sobre a homossexualidade, assim como a inserção social dos homossexuais.

Em 1980 foi fundado o Grupo Gay da Bahia (GGB), uma associação de defesa dos direitos humanos. Registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983 e declarado de utilidade pública municipal em 1987. É uma entidade que oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares especialmente no combate à homofobia e prevenção do HIV. Os objetivos do GGB, segundo o site¹⁴, são

¹⁴ <http://www.ggb.org.br/ggb.html> - 07/08/2015 - 09h.

Defender os interesses da comunidade homossexual da Bahia e do Brasil, denunciando todas as expressões de homofobia (ódio aos homossexuais), lutando contra qualquer forma de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Divulgar informações corretas sobre a orientação homossexual, desconstruindo o complô do silêncio contra o "amor que não ousava dizer o nome" e construir um discurso científico e correto, lutando contra comportamentos, atitudes e práticas que inviabilizam o exercício da cidadania plena de gays, lésbicas, travestis e transexuais no Brasil. Trabalhar na prevenção do HIV e Aids junto à nossa comunidade e outros grupos vulneráveis à epidemia.

Conscientizar o maior número de homossexuais da necessidade urgente de lutar por seus plenos direitos de cidadania, fazendo cumprir a Constituição Federal que garante tratamento igualitário a todos os brasileiros. Por esta razão o GGB é carinhosamente chamado de Sindicato dos Gays ou "Orgulho da Bahia" como diz Caetano Veloso (GRUPO GAY DA BAHIA, 2003).

Em 1995 foi criada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, uma rede nacional formada por 257 organizações afiliadas, sendo ela a maior rede LGBT na América Latina. Sua missão é promover ações que garantam a cidadania à comunidade LGBT, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual não haja discriminação, coerção e violência, por causa das orientações sexuais e identidades de gênero (ABGLT, 2013).

Em 1999, foi fundada a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT SP) por um grupo de militantes que atuava promovendo a cidadania e a autoestima dos LGBTs, através da realização e do incentivo de atividades. A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é uma manifestação que ocorre todo ano desde 1997 em prol da garantia dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ASSOCIAÇÃO, 2014). A Parada ocorre em mais cidades do país como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Em 2004, atendendo reivindicações da sociedade civil e do Conselho Nacional de Combate a Discriminação, o governo federal, a partir da Secretaria Especial de Direitos Humanos, criou o “Brasil Sem Homofobia”, responsável por uma luta contra a homofobia, para a transformação da realidade brasileira. O programa envolve vários ministérios: da Saúde, Educação, Justiça, e etc.

Abrange também, dentre outras ações, a formação de professores, tendo como alvo o respeito à diversidade sexual. Um curso desenvolvido por uma ONG em Porto Alegre teve como objetivo auxiliar e capacitar os professores em como agir em situações de homofobia, discriminação e violência (BORGES; MEYER, 2008).

Em 2006, foi criado o Projeto de Lei 122/06 que objetiva a criminalização da homofobia, ou seja, tornar crime todo tipo de discriminação motivada pela orientação sexual ou na identidade de gênero da vítima, o qual ainda não foi aprovado.

Há também o GPH (Grupo de Pais de Homossexuais), a primeira ONG brasileira fundada em meados de 1999 para acolher os pais que desconfiavam ter ou têm filhos homossexuais. Foi fundado por uma mãe, professora universitária e escritora, que descobriu que seu filho caçula era homossexual e se sentiu sem apoio para lidar com essa situação em uma sociedade tão discriminadora e violenta. Segundo o site¹⁵, o grupo tem o intuito de

[...] suprir a falta de um ambiente seguro e acolhedor onde pais e mães pudessem trocar informações e experiências sobre seus filhos e, se for o caso, solidarizarem-se durante o difícil processo de aceitação. Além disso, sabemos que pessoas com a mesma questão pra resolver se sentem mais fortalecidas quando conversam entre iguais (GPH, 2006).

A ideia sobre o casamento que vimos no capítulo anterior, baseado na procriação, foi se transformando conforme o tempo e foram surgindo os casamentos que tem como premissas básicas o afeto, a amizade e o companheirismo, defendidos pelo clérigo inglês Thomas Malthus, na Inglaterra do século XVIII. Malthus acreditava em um casamento com o objetivo não só da procriação e dizia que era uma escolha racional “sobre a qual a decisão econômica pesa na decisão e na idade de casar” (ARAÚJO, 2002, p.03). Ele condenava o casamento antes da independência econômica e acreditava que essa decisão deveria ser tomada com muita responsabilidade.

Com essa ideia da não obrigatoriedade da procriação e a visão de um casamento baseado no amor, podemos ver pensamentos que contribuem para a luta do casamento homossexual. Em uma relação entre duas pessoas do

¹⁵ <http://www.gph.org.br/quemsomos.asp> - 12/08/2015 - 10h.

mesmo sexo não há a concepção de um filho, não há a propagação. Isso é motivo para muitos condenarem a união entre duas pessoas que se amam, que estão dispostas a construir um lar e não estão impedidos de expandir essa família. Muitas vezes, um casal homossexual oferece muito mais amor a uma criança que não tem olhos nem coração para o preconceito.

No ano de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal reconheceram a união estável homoafetiva. Apesar dessa conquista garantir muitos direitos iguais aos de casais de sexos opostos, a união estável não muda o estado civil. Em 2013, foi exigido pelo Conselho Nacional de Justiça que união estável deveria ter os mesmos direitos que casamento. Sendo assim, casais gays passaram a ter as mesmas garantias que casais héteros, como escolha de regime de bens. Contudo, esses direitos ainda não são totalmente assegurados, uma vez que quem nomeia os ministros do STF é o presidente, podendo ocorrer alterações. Para que o casamento entre pessoas do mesmo sexo seja um direito garantido por lei, é necessário que seja aprovado pelo Congresso, resolvendo questões como adoção de crianças e licença maternidade/paternidade (ANDRADE, 2014).

Por fim, vemos lutas por parte dos heterossexuais que combatem o machismo assumindo, por exemplo, o cuidado da casa, aqueles que lutam por igualdade política e que se vestem como mulheres, as e os integrantes do movimento feminista, dentre outros.

No próximo capítulo descreveremos algumas práticas que podem ser feitas na escola para que os professores possam combater a homofobia, ensinando às crianças o respeito, os valores, mostrando que todos merecem ser tratados com amor.

5 PRÁTICAS ESCOLARES NO COMBATE À HOMOFOBIA

Esse capítulo tem como objetivo ao descrever a história da homofobia, e como ela chegou até a atualidade, fortemente enraizadas em valores, preceitos religiosos, moral, educação, contidos em construções deturpadas, permeada de preconceitos e valores, descrever algumas práticas que podem ser feitas na escola para que os professores possam combater a homofobia, ensinando às crianças o respeito, a igualdade, a equidade de gênero, mediando possibilidades de construir uma sociedade que todos e todas possam ser tratados com respeito e igualdade de direitos.

Perucchi, Brandão e Vieira (2014), comentam sobre pesquisas internacionais que relatam a agressividade entre os estudantes, constatando elementos homofóbicos relacionados ao bullying e à violência na escola. Percebe-se em algumas das pesquisas o destaque da agressividade verbal às lésbicas e gays. Em face das rotulações e discriminações, muitos deles acabam abandonando a escola. Por isso, os professores devem atentar-se a construção de novas práticas pedagógicas permeadas de atitudes que repugnem a homofobia e qualquer ato discriminatório, uma vez que, essas formas de preconceitos, xingamentos, podem ocasionar grandes consequências na vida desses, que sofrem tal violência.

“Nesse contexto homofóbico brasileiro é importante, então, refletir sobre as condições da escola e de sua relação com políticas sociais que pretendem promover ações educativas para inclusão da diversidade sexual¹⁶” (Borges e Meyer, 2008, p.61). É preciso que essas ações trabalhem com o combate ao sexismo, à homofobia, ressaltando a importância da inclusão social e da equidade de gênero. É preciso questionar essa ordem heterossexista presente na sociedade e enfatizar que a hierarquia das sexualidades se compara e é igualmente absurda que a das raças e dos sexos (BORRILLO, 2010).

Em diversos casos, as atitudes homofóbicas são tratadas como brincadeiras e vistas pelos professores e funcionários da escola como “coisas

¹⁶ As palavras diversidade sexual buscam mostrar que todos fazem parte da diversidade de expressões de gênero e sexualidade, constituinte do ser humano. Contudo, como o heterossexual é considerado o normal, devido à heteronormatividade, o termo é utilizado para designar as pessoas que não se enquadram nesse padrão (NARDI;QUARTIERO, 2012).

de jovens”, sem importância. Da mesma forma que esse comportamento é enxergado como natural, o enquadramento de meninos e meninas em condutas apropriadas para o seu gênero é tratado como normal. Aquele que foge ao padrão, por não gostar de jogar bola e gostar de boneca ou vice-versa, é considerado como anormal e pelo olhar dos adultos como homossexuais. Assim, os professores potencializam e reafirmam com suas práticas homofóbicas o que a sociedade afirma e deseja, separar crianças em caixas, encaixando-as na norma única e absoluta, adequada somente a heterossexualidade.

Se a escola mudar suas práticas pedagógicas, problematizando e educando para a diferença, para olhar todos e todas com respeito, os alunos estarão livres do preconceito. Mudando o padrão da norma, que meninos precisam ser mais fortes, agressivos, racionais, agitados e meninas mais delicadas, sensíveis, meigas, emocionais (BORGES E MEYER, 2008).

Para que essas mudanças ocorram, além da formação inicial e continuada, os professores podem mudar seu Projeto Político Pedagógico e começar com a problematização da sexualidade, como uma temática que vai além do sexo, como vimos em capítulos anteriores. A Sexualidade envolve o afeto, a comunicação, os gestos, o emocional e social do ser humano. Desse modo, antes de tudo, o educador precisa refletir sobre ele mesmo, sobre seus sentimentos, pensamentos e possíveis preconceitos que ele trás e da continuidade na sociedade.

Como ressalta Borges e Meyer (2008, p. 61), “[...] desde a década de 1920, a lei brasileira prevê a educação sexual na escola”. Contudo, foi primeiramente tratada com resistência pela Igreja Católica e atualmente por boa parte da sociedade, que a trata na maior parte das vezes como algo perigoso que precisar ser contido e disciplinado. Somente a partir dos anos 1990 a escola adentra realmente nesse mundo da sexualidade e começam aparecer projetos pedagógicos voltados à prevenção da AIDS e da gravidez na adolescência. Em 1995 o governo anunciou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde a sexualidade é estabelecida como um tema transversal. “O documento prevê que o conteúdo de diversas disciplinas integre a sexualidade de maneira articulada com outros temas, como a ética, a saúde, o gênero, a ecologia e a pluralidade cultural” (NARDI; QUARTIERO, 2012, p.

65). Porém, essa educação sexual nas escolas não ocorre de maneira integral, somente em momentos breves e pontuais e o assunto principal é a prevenção das DSTs e da gravidez precoce, sem abordar assuntos como a orientação sexual e os direitos sexuais como direitos humanos. A educação sexual é também difícil de ser trabalhada, devido às ideias divergentes entre as famílias.

Um dos fatores que pode gerar conflito nessa discussão é o fato de a família não estar de acordo com o que é ensinado na escola (FIGUEIRÓ, 2006). O professor mesmo assim precisa ensinar ao aluno atitudes que não disseminem o preconceito, conversando sobre temas importantes sem, no entanto, ridicularizar os costumes e pensamentos da família. O educar sexualmente é muito importante para as crianças e adolescentes, pois envolve um cuidado com o corpo e cria a oportunidade do aluno se expressar, eliminando suas angústias e dúvidas.

A pedagogia deve conscientizar os familiares, de modo que eles percebam que um filho gay ou uma filha lésbica não são um problema, mostrando o quanto jovens homossexuais sofrem por serem discriminados. É importante essa sensibilização nas escolas, universidades e com a opinião pública (BORRILLO, 2010).

Além das aulas expositivas, é interessante o debate, os momentos de conversa, pois as situações cotidianas e a relação aluno-professor são essenciais para o crescimento das crianças e jovens. Os debates possibilitam que haja troca de ideias e uma mistura de opiniões, fazendo com que se construam novas ideias para melhorar o nosso mundo. Como diz Paulo Freire, a educação bancária que vimos nas escolas não desenvolve o diálogo e isso empobrece o ser humano. E ainda “[...] não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico”(FREIRE, 1987, p.47)

Tratar a sexualidade como algo normal, natural, fará com que o aluno crie uma visão positiva do seu próprio corpo e que palavras como pênis, vagina, sexo, masturbação, sejam tratadas como palavras habituais.

É necessário conversar com a criança/adolescente sobre o sexo e sua história, ressaltando que antigamente era tratado apenas com o objetivo da procriação e que atualmente envolve o afeto, o carinho e o prazer. Desse modo, a homossexualidade pode ser trabalhada como aquela que compreende o amor, da mesma forma que a heterossexualidade.

Os professores podem buscar apoio para poderem lidar com a discriminação na escola, conhecer formas de intervenção sobre a sexualidade na escola e na sala de aula, buscando aprimorar seus conhecimentos sobre o tema e sobre a diversidade sexual. Uma pesquisa documentada por Borges e Meyer (2008) foi feita com professoras de escolas municipais e estaduais que estavam fazendo um curso de formação sobre a diversidade sexual, cidadania e respeito à diversidade. O curso trouxe para os professores reflexões a respeito da sua maneira de agir e sobre seus preconceitos. Entretanto, encontraram dificuldades para repassar os conhecimentos adquiridos, pela grande incidência de violência e discriminação incontroláveis das turmas. Uma das professoras relatou um comentário extremamente machista e homofóbico de uma mãe: “[...] se tu quer ser bicha, então tu vai lavar a louça e lavar o chão e arrumar casa, porque isso é serviço de mulher. E como aqui só tem uma bicha, tu é que vai fazer.” (BORGES E MEYER, 2008, p. 70).

As professoras reclamaram da falta de recursos didáticos para se trabalhar a sexualidade e a diversidade sexual e também sobre a formação que não prepara para lidar com esses assuntos. Por isso, os professores sentem-se inseguros para abordar o tema com clareza e firmeza na sala de aula e acabam trabalhando com conhecimentos heteronormativos, como a gravidez. Outros assuntos trabalhados são o sexo seguro, as DSTs, envolvendo desse modo somente as relações sexuais.

Outra pesquisa registrada no trabalho de Nardi e Quartiero (2012) foi constituída por professores de Porto Alegre e Região Metropolitana. Realizaram quatro grupos de reflexão e os encontros discutiam questões como as histórias de vida e a aprendizagem de valores relacionados à sexualidade, como os conhecimentos foram sendo construídos na família, na comunidade, com influência da mídia e como foi o papel da escola nesse processo; as diferenças entre as práticas realizadas antigamente e atualmente; como a escola lida com as questões relacionadas ao respeito às diversidades sexuais e as práticas pedagógicas referentes ao combate à homofobia e futuras ações que podem ser feitas com esse propósito.

Famíliares de professores que realizavam o curso de formação para lidar com a sexualidade, criticavam, incentivavam e pressionavam para a desistência, demonstrando atitudes preconceituosas e machistas, quando

alegavam ser a formação um absurdo, que a pessoa era homossexual também ou que iria sair abraçada com um “boiola”.

Descrevendo o comportamento das escolas quanto ao tema da diversidade sexual, percebe-se que são instituições rígidas, com um comportamento conservador, que lidam com mudanças de maneira lenta. A maioria das escolas mantém esse tipo de conduta e geralmente colocam a culpa no âmbito familiar. Sendo lema das muitas escolas, a inclusão geralmente se apresenta bonita no papel, mas no cotidiano há muita dificuldade em lidar com a diversidade.

Outra barreira que impede o trabalho com a diversidade sexual são as religiões. Professores ficam inseguros e sentem que irão contra a Bíblia, cometendo pecado.

Em contrapartida, Nardi e Quartiero (2012), apresentam um projeto intitulado “Gurizada: saindo do armário e entrando em cena” coordenado por uma ONG (Nuances) e formado por jovens da periferia de Porto Alegre e Região Metropolitana que se assumiam como homossexuais, transexuais, travestis e bissexuais. Os professores se impressionaram com os jovens, talvez mais porque eles imaginam que os LGBTs sejam pessoas sofridas e desanimadas, que tentam se esconder, e esses estudantes falavam de suas rotinas e opiniões, seus pensamentos, abertamente. “[...] a existência de ações afirmativas permite potencializar a ação dos jovens e a não reforçar no imaginário social a imagem de uma juventude patologizada e que deve ser, portanto, tutelada” (NARDI ;QUARTIERO, 2012, p. 73-74).

O trabalho realizado nas escolas ressalta as diferenças de gênero e impõem um padrão ao feminino e masculino. As cores rosa e azul, futebol e ballet, as definições de meninos bagunceiros e meninas estudiosas, são exemplos de atitudes sexistas que acabam com o trabalho da diversidade sexual. Os professores não devem “encaixotar” os alunos, pois cada um tem um gosto e uma maneira de ser. Quem inventou que rosa é cor de menina? Ou que futebol é esporte de menino? Meninas não podem se expor demais porque devem ser recatadas e puras? Essas ações aumentam a discriminação e tolgem a oportunidade das crianças/adolescentes crescerem em um ambiente de liberdade e aceitação. “A escola generifica os corpos ao impor uma série de regras e convenções que obedecem à matriz sexista e heterossexista: tudo já

vem pronto, inclusive para as/os professoras/es [...]” (NARDI; QUARTIERO, 2012, p. 77) que acreditam que repetindo a linguagem estarão fazendo o bem.

A impossibilidade do trabalho com as diversidades sexuais pode aumentar cada vez mais o preconceito dentro de cada aluno que muitas vezes convive com uma família preconceituosa e machista. A seguir, veremos uma reportagem de janeiro de 2012 da revista *Época*¹⁷ que conta a história de Pedro¹⁸. Pedro escreveu para a revista sobre seu medo de sair de casa por ser gay, visto que seu amigo tinha sido assassinado por homofóbicos, além de ter se deparado com uma campanha na internet que juntava pessoas para assassinar homossexuais. Ele pedia a revista para denunciar a campanha. Mas o rapaz tinha outra história também. Uma história que nos mostra como a ignorância e a falta de conhecimento e trabalho na família e na escola geram consequências irreparáveis.

Quando era criança, o melhor amigo de Pedro era João. E era João quem não conseguia esconder dos colegas de escola que era gay. Pedro posicionou-se ao lado dos mais “fortes”, como tantos de nós a vida toda, e mais ainda na infância. Alinhou-se ao lado dos pequenos machos quando eles tornaram a vida de João um inferno humano. Tão humanamente infernal que ele acabou mudando de cidade no início do ensino médio. Como acontece ainda hoje em muitas escolas, nem professores, nem pais, nem colegas, ninguém fez gesto algum na direção de João. Todos permitiram, por ação ou omissão, que João fosse agredido, acuado, encurralado e, por fim, exilado (REVISTA ÉPOCA, 2012).

Outro fato relatado pela revista *Lado A*¹⁹ mostra uma atitude diferente de uma família onde predomina o amor. Quem conta a história é a mãe do garoto.

Meu filho mais velho tem seis anos e ele está apaixonado pela primeira vez. Ele está apaixonado pelo Blaine de *Glee*²⁰. Para quem não sabe, Blaine é um garoto... um garoto gay, namorado de um dos personagens principais, Kurt. Não é um tipo de amor como “ele acha o Blaine muito massa”, é do tipo de amor em que ele devaneia olhando para uma foto de Blaine por meia hora seguido por um intenso “ele é tão lindo”. Ele adora o episódio no qual os dois meninos se beijam. Meu filho chama as pessoas que estão em outros cômodos pra ter certeza de que não perderão “sua parte favorita”. Ele volta o

¹⁷ <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/01/pedro-e-joao-historia-de-dois-meninos-gays-e-uma-infancia-devastada.html> - 14/08/2015 - 08h.

¹⁸ Nome Fictício

¹⁹ <http://revistaladoa.com.br/2012/02/noticias/mae-escreve-depoimento-sobre-filho-6-anos-apaixonado-por-personagem-gay-tv#axzz3mQTFTqMo> – 14/08/2015 – 11h.

²⁰ Blaine é personagem da série americana de televisão *Glee*.

vídeo e assiste de novo... e obriga os outros a fazerem o mesmo, se achar que as pessoas não prestaram atenção suficiente. Essa paixão não preocupa a mim e nem ao seu pai. Nós vivemos em uma vizinhança liberal, muitos de nossas amigos são gays e a ideia de ter um filho gay não é algo que nos preocupa. Nosso filho vai ser quem ele é, e amá-lo é nosso dever. Ponto final.

E então, dia desses estávamos viajando para outra cidade ouvindo o CD dos Warblers (é claro), quando no meio de Candles, meu filho, do banco de trás, aumenta a voz: "Mamãe, Kurt e Blaine são namorados." "São sim," eu afirmo. "Eles não gostam de beijar meninas. Eles só beijam meninos." "É verdade." "Mamãe, eles são como eu." "Isso é ótimo, querido. Você sabe que eu te amo, aconteça o que for?" "Eu sei...". Eu podia ouvi-lo revirando os olhos pra mim.

Quando chegamos em casa, eu recapitulei a conversa para o pai dele, e nós simplesmente olhamos um nos olhos do outro por um momento. E então, sorrimos.

"Então se aos 16 anos ele quiser fazer o grande anúncio na mesa de jantar, poderemos dizer: Você disse isso pra gente quando tinha 6 anos. Passe as cenouras - e ele ficará decepcionado por roubarmos o grande momento dramático dele", disse meu marido, rindo e me abraçando.

Só o tempo dirá se meu filho é gay. Mas, se for, estarei feliz de ele ser meu. Eu estou feliz que ele tenha nascido na nossa família. Uma família cheia de pessoas que o amarão e o aceitarão. Pessoas que jamais vão querer que ele mude (REVISTA LADO A, 2012).

A continuidade dessa história não se sabe, mas pode-se prever que o menino irá conviver em um ambiente familiar de amor e acolhimento e isso será fundamental para sua saúde física e mental e para sua boa convivência com as pessoas.

Na escola, a procura por ajuda acontece pela necessidade de informações para enfrentar as situações do dia a dia. Na maioria das vezes a instituição deseja colocar os alunos em "caixas" e aquele que não se encaixa no molde é considerado estranho, que incomoda e precisa ser consertado, recuperado.

As concepções do indivíduo e da sociedade foram, e ainda são, perpassadas por uma visão dicotômica da "realidade", na qual o natural se opõe ao social e ao cultural, o corpo à mente. Essa visão dualista e polarizada empurra as pessoas num movimento de identificação com e de integração ao grupo mais bem avaliado moral e socialmente (brancos/as, ricos/as, heterossexuais, bem-educados/as, comportados/as), evitando ser percebido/a como parte de um grupo desvalorizado (negros/as, pobres, homossexuais, transexuais, travestis, com escolaridade reduzida, bagunceiros/as), na tentativa de assim

escapar dos estigmas e da discriminação dirigida às/aos “desviantes” (NARDI; QUARTIERO, 2012, p. 72).

Mas isso não deveria acontecer, pois a escola é uma mistura de diferentes. Lugar onde deveria reinar o respeito, o amor, a compreensão. Com as formações oferecidas ao professor, este pode se transformar e modificar as visões machistas que cercam o nosso cotidiano, combatendo a tolerância com piadas homofóbicas, tendo maior sensibilidade ao lidar com questões de gênero e sexualidade. Por isso, devemos lutar para que a escola seja um espaço de acolhimento, de amor ao próximo que una as pessoas; lugar onde não haja padronização, mecanicização e apenas a transmissão de conteúdos; que priorize a verdade e trabalhe com equidade, formando seres humanos com caráter que sejam peça fundamental na mudança contra a visão conservadora e preconceituosa da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as ideias desenvolvidas nesse trabalho, destacamos a supremacia da Igreja na Idade Média, que com seus ideais de procriação e pecado, “demonizaram” o sexo. A busca pela perfeição e pureza levaram os fiéis a quererem se igualar a Deus e as passagens descritas na Bíblia a serem levadas a “ferro e fogo”. Com isso, a mulher foi discriminada e considerada caminho para o mal, sendo ela a responsável pelos homens cometerem os pecados. Sendo submissa, devia obedecer às ordens do marido e da sociedade.

As pessoas que gostavam de outras pessoas do mesmo sexo, os homossexuais, eram totalmente recriminados, pois estavam indo contra a lei de Deus e isso era inadmissível. Considerados anormais, eles chegavam a serem condenados à morte e responsabilizados por ferirem os cristãos “saudáveis”. Todos esses princípios – interesses da Igreja e dos nobres - atravessaram o tempo e chegaram ao que vemos hoje. A homossexualidade transformada em doença culminou na busca pela cura e pela normalidade de quem só busca o amor e a felicidade.

Hoje, ouvimos de muitas pessoas, que não concordam com os homossexuais, pois isso não é natural e eles estão ferindo a moralidade da sociedade. Então um casal que não pode ter filhos também é anormal? Uma pessoa que decide tornar-se padre ou freira está fugindo do objetivo de Deus? Alguém que decide não casar e não ter filhos está ferindo a ordem natural das coisas? Pois bem, o que é normal? Nascer com o desejo de amar alguém do mesmo sexo não foi uma escolha da pessoa e ela não está cometendo erro algum, pois que mal há em querer ser feliz? Se a homossexualidade existe desde os primórdios da humanidade e se está presente até entre os animais, seria ela uma anormalidade?

O que é incompreensível em nosso mundo é a capacidade que o ser humano tem em destruir a felicidade do outro, julgando, condenando, criticando. Como podemos condenar o amor apenas por causa de palavras escritas há muito tempo atrás e que seguiam costumes da época? O mundo evoluiu, as ciências se desenvolveram e a capacidade de aceitação, de

entendimento, de compreensão do homem ainda é antiga e totalmente equivocada, desprovida de embasamento teórico. A homofobia, arraigada na educação, necessita ser superada com um intenso exercício de desconstrução de pensamentos e de estudo das pesquisas realizadas por pessoas que buscam melhorar a vida. A escola deve realizar um intenso trabalho de formação e preparação, com estudos sobre a sexualidade, envolvendo além da gravidez precoce e das DSTs, a orientação sexual, o descobrimento do corpo, dos desejos. Debater com os alunos, inclusive com as crianças pequenas, que a discriminação, o preconceito é que não são normais e que o que importa nesse mundo é o amor que as pessoas têm umas com as outras, sendo esse sentimento capaz de transformar o mundo. A beleza da humanidade está na diferença das peças que se encaixam, nas pessoas que se completam, que são capazes de respeitar e se misturar, formando uma sociedade igualmente feliz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Casamento homoafetivo**: a luta pela igualdade. Disponível em: <<http://mileniandrade.jusbrasil.com.br/artigos/113831499/casamento-homoafetivo-a-luta-pela-igualdade>>. Acesso em: 10 out.2014.

ARAÚJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 2, não paginado, 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci_arttext>. Acesso em 16 jul. 2015.

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada**: Da Europa feudal à Renascença. Tradução de M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ASSOCIAÇÃO da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: < <https://paradasp.wordpress.com/>> Acesso em: 21 ago. 2015.

BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Editora 70, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: _____. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.p.47-51.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.16, n.58, p. 59-76, jan./mar. 2008.

BORRILLO, D. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Tradução de G. J. de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRAIK, P. **Alta Idade Média**. 2010. Disponível em < <http://www.casadehistoria.com.br/conteudo/historia-geral/transicao-feudal-capitalista/alta-idade-media>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

BUSIN, V. M. **Homossexualidade, religião e gênero**: a influência do catolicismo na construção da auto- imagem de gays e lésbicas. 2008. 187 f. Mestrado em Ciências da Religião- Pontifca Universidade Católica, São Paulo, 2008.

CORINO, L. C. **Homoerotismo na Grécia Antiga: homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades**. Biblos, Rio Grande, 19, p.19-24, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/249>>. Acesso em: 16 set. 2014.

CUNHA, A.G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DANTAS, B. S. A. Sexualidade, cristianismo e poder. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, não paginado, 2010. Disponível em < <http://www.revispsi.uerj.br/v10n3/artigos/html/v10n3a05.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FALASCO, R. O. **A expressão da cultura nobiliárquica nos livros de viagens medievais**. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. **Revista de Psicologia da UNESP** 9 (1), Assis, p.104-115, 2010. Disponível em: <<http://www2assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/169/211>> . Acesso em: 15 set. 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de M. T. da C. Albuquerque e J.A. G. Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GPH. **Quem somos?**. 2006. Disponível em: < <http://www.gph.org.br/quemsomos.asp>>. Acesso em : 21 ago. 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2013/2014**. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia**: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas: Rio Grande do Norte, v.1, n.1, p.1-22, 2007. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/bagoas/article/view/2256/1689>>. Acesso em: 29 set. 2014.

LE GOFF, J. A rejeição do prazer. In: DUBY, G. **Amor e sexualidade no Ocidente**. Portugal: Terramar, 1991. p. 191- 207.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, v.10, n.esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LOURO, G.L. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-27.

MACHADO, K. ; BORGES, E. **Mulheres gregas: Atenienses x Espartanas**. Disponível em: <<http://historiapibid2012.wordpress.com/2013/04/08/mulheres-gregas-atenienses-x-espartanas/>>. Acesso em: 16 set. 2014

MAGALHÃES, B. R; SABATINE, T.T. Políticas públicas, justiça e homofobia: índices de mensuração para o reconhecimento do direito à sexualidade no Brasil. In: SOUZA, L. A. F. (Org.). **Políticas de segurança pública no Estado de São Paulo**: situações e perspectivas a partir de pesquisas do observatório de segurança pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 107-124.

McLAREN, A. **História da contracepção**: da Antiguidade à Actualidade. Tradução de T. Perez. Lisboa: Terramar, 1990.

MOTT, L. **Homo-afetividade e direitos humanos**. Estudos feministas, Florianópolis, p. 509- 521, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no

cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.11, p. 59-87, ago 2012.

REVISTA ÉPOCA. **Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada**. 2012. Disponível em: <
<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/01/pedro-e-joao-historia-de-dois-meninos-gays-e-uma-infancia-devastada.html>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

REVISTA LADO A. **Mãe escreve depoimento sobre filho de 6 anos apaixonado por personagem gay da TV**. 2012. Disponível em: <
<http://revistaladoa.com.br/2012/02/noticias/mae-escreve-depoimento-sobre-filho-6-anos-apaixonado-por-personagem-gay-tv#axzz3mm2C2IWb>> . Acesso em: 25 ago. 2015.

RIBEIRO, P. R. M. Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa...A educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. **28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2005**. Disponível em: <
28reuniao.anped.org.br/textos/ge231146int.rtf>. Acesso em: 15 set. 2014.

RICHARDS, J. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Tradução de M. A. E. da R. e R. Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SANFELICE, P. P. Sexualidade, amor e erotismo na Roma Antiga: as representações de Vênus nas paredes de Pompeia. **Revista OPSIS**, Catalão, v.10, n.2, p.167-190, jul/dez., 2010. Disponível em: <
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/10921#.VCtWsPIIdVZU>>. Acesso em: 16 set. 2014.

SANTOS, D. K. As produções discursivas sobre a homossexualidade a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, jun. 2013. Disponível em: <
<http://revistaepos.org/?p=943>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SANTOS, D. V. C.; WACKERHAGE, C. M. Educação, santidade e sexualidade na Idade Média: uma leitura da Legenda Áurea de Jacopo de Varazze. **Notandum**, Porto, n. 32, p. 67-83, maio-ago. 2013. Disponível em: <
<http://hottopos.com/notand32/05dominique.pdf>> Acesso em: 4 jun. 2015

SARTRE, M. A homossexualidade na Grécia Antiga. In: DUBY, G. **Amor e sexualidade no Ocidente**. Portugal: Terramar, 1991. p. 59- 76.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil.**, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 26 set. 2014.

SILVA, J. G. **Espaço das representações sexuais e eróticas no Egito Antigo.** Revista Especialidades, Rio Grande do Norte, v.5, n.4, p. 71-98, 2012. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v5n4/Josiane.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014

SOUSA, R. G. **Império Carolíngio.** 2009. Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com/historiageral/imperio-carolingio.htm> > Acesso em: 5 mai. 2015.

SOUSA, R. G. **Igreja na Idade Média.** 2009. Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com/historiageral/imperio-carolingio.htm> > Acesso em: 5 mai. 2015.

SOUZA, M. C. C. C. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** 5. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 11-23.

WEEKS, J. O corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 27-63.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v.9, n. 2, p 460-482, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>.

ZELDIN, T. **Uma história íntima da humanidade.** Tradução de H. Pólvora. Rio de Janeiro: Record, 1996.